

T305.852
MED
rui

ROSA MARIA MEDEIROS

**MULHER, TERRA E TRABALHO:
TRAJETÓRIAS FEMININAS NA
AGRICULTURA FAMILIAR MINEIRA NOS ANOS 1990**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de Mestre.

Orientador
Prof. Dr. Áureo Eduardo M. Ribeiro

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2001**

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Medeiros, Rosa Maria

Mulher, terra e trabalho: trajetória femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990 / Rosa Maria Medeiros. -- Lavras : UFLA, 2001.

112 p. : il.

Orientador: Áureo Eduardo M. Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Mulher rural. 3. Trabalho feminino. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-306.852

ROSA MARIA MEDEIROS

**MULHER, TERRA E TRABALHO:
TRAJETÓRIAS FEMININAS NA
AGRICULTURA FAMILIAR MINEIRA NOS ANOS 1990**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

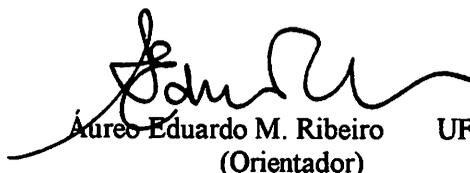
APROVADA em 29 de junho de 2001.

Lêda M. Benevello de Castro

UFMG/ CEDEFES

Antônio César Ortega

UFU



Aureo Eduardo M. Ribeiro

UFLA

(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL**

**Aos meus pais,
pelo imenso amor,
pela referência e presença constante
em minha vida.**

**Ao João,
amor da minha vida...**

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Ao Departamento de Administração e Economia da UFLA pela oportunidade de realização do curso; aos seus professores e funcionários.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos e a FAPEMIG (projeto SHA 2786/97) pelo apoio logístico.

Ao Prof. Eduardo Ribeiro, pela orientação tão cuidadosa e dedicada, seu interesse pelo tema e acompanhamento sábio do processo de construção desse trabalho.

Às famílias da Comunidade de Boa Vista/ Itaguara e do Assentamento Dom Orione/ Betim, que me receberam com tanto respeito e interesse pela pesquisa. Em especial às famílias de Lúcia e Zequinha; Rosângela e Amável; Édina e Jorge; Laura e Bartolomeu.

À Maria Aparecida de Souza que proporcionou os primeiros contatos no Assentamento e à EMATER de Itaguara que nos aproximou de Boa Vista.

Aos membros da banca de defesa da dissertação, professores Lêda Benevello de Castro e Antônio César Ortega, pela leitura criteriosa e pelas críticas tão pertinentes que fizeram.

À Cáritas Brasileira – Regional de MG, pela oportunidade de conhecer um pouquinho das Minas Gerais. Aos amigos da equipe que sempre estimularam constantes reflexões e aprendizados com nossas práticas.

A alguns amigos em especial, que me incentivaram a “encarar” o mestrado e que também me inspiram a crescer: Ana Lúcia e Ricardo; Rosely; Lia; Carmen; Dayse; Dada; os agricultores do assentamento Sto. Inácio

Ranchinho, principalmente as mulheres que me mostraram suas lutas, conquistas e muitos caminhos pela frente...

À amiga Rosana, pelo carinho que me acolheu em sua casa e em seu coração. Também pela paciência e atenção com que leu o texto e deu preciosas contribuições.

Aos amigos de Lavras, em especial Adriana, Ercílio, Paula, Vânia, Valtinho, Flávia, Margarida; os orientados do Eduardo, o pessoal do PPJ, pela solidariedade e companheirismo.

À minha família (agora estendida), pela existência...

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1. INTRODUÇÃO	01
1.1 Metodologia: construindo a pesquisa	02
1.2 Apresentação do texto	08
2. AS MUDANÇAS NO ESPAÇO RURAL NOS ANOS 1990: O DESTAQUE DA AGRICULTURA FAMILIAR	10
2.1 As transformações na agricultura brasileira	10
2.2 As mudanças nos espaços rurais e urbanos	11
2.2.1 As migrações.....	11
2.2.2 Trabalho e ocupação no meio rural	16
2.3 A agricultura familiar e suas estratégias	21
2.3.1 A questão da terra no Brasil	32
2.3.2 As mulheres na agricultura familiar.....	36
3. BOA VISTA: AGRICULTORES e ARTESÃS TECENDO SUAS ESTRATÉGIAS DE VIDA	43
3.1 As famílias	44
3.2 Acesso e uso da terra	47
3.3 Família e trabalho.....	49
3.4 Tear, família e mulher.....	53
3.5 Comercialização, renda e relações sociais	58

4. ASSENTAMENTO DOM ORIONE:	
HISTÓRIAS DE MIGRANTES.....	63
4.1 Breve histórico da área e aspectos gerais do assentamento.....	63
4.2 As famílias.....	68
4.3 Diferenças e identidades.....	71
4.3.1 Os horticultores.....	72
4.3.2 Cultivadores de mantimentos.....	75
4.3.3 Antigos e novos moradores	78
4.3.4 As regiões “de cima” e “de baixo”	81
4.4 Histórias de migrantes.....	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXOS.....	106

RESUMO

MEDEIROS, Rosa Maria. **Mulher, terra e trabalho: trajetórias femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990**. Lavras: UFLA, 2001. 112p. (Dissertação – Mestrado em Administração)*.

Este trabalho analisa trajetórias femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990. Buscou-se compreender como essas trajetórias influenciaram a participação da mulher na composição das estratégias familiares, e nas relações sociais estabelecidas ao longo do percurso da família. A metodologia da pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, através de estudo de caso em dois locais: a comunidade de Boa Vista, em Itaguara/ MG, e o Assentamento Dom Orione, Betim/MG. Considerou-se a família como unidade de estudo. A coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas semi-estruturadas, com roteiros pré-elaborados, além de observações e anotações em caderno de campo. Boa Vista é composta por agricultores estabelecidos no local há mais de 200 anos. Combinam atividades agrícolas e não agrícolas. As mulheres dedicam-se a trabalhos relacionados com a casa, agricultura e ao tear mineiro. O tear permite uma redefinição das relações de gênero, do ponto de vista econômico, ao modificar algumas das atribuições familiares, a jornada doméstica e as estratégias de gestão da unidade produtiva. Mas essa redefinição não se afirma para as mulheres, que reproduzem o discurso da subordinação e invisibilidade. Conclui-se que, no domínio rural onde a pluriatividade se destaca, o ambiente agrário a restringe, valorizando o agrícola, tornando-a complementar e acessória. O Assentamento Dom Orione é formado por famílias migrantes, de origem rural, com experiências de assalariamento rural e urbano. Dedicam-se a atividades agrícolas, principalmente horticultura e lavouras de mantimentos. As mulheres envolvem-se em atividades domésticas, produtivas e de gestão comunitária. No entanto, essas atividades são entendidas como parte das obrigações femininas. Pode-se pensar que há um recuo na autonomia das mulheres a partir do assentamento. Ali, a subordinação delas à família é mais explícita, sendo maiores os mecanismos de controle. Nesse espaço rural, mais próximo do urbano, o agrícola se sobressai, restringindo e subordinando a participação das mulheres.

* Orientador: Áureo Eduardo M. Ribeiro – UFLA.

ABSTRACT

MEDEIROS, Rosa Maria. **Woman, land and work: feminine trajectories in the mineira family agriculture in the 90ies.** Lavras: UFLA, 2001. 112p. (Master Program in Rural Administration)*.

This work analyzes the feminine trajectories in the mineira family agriculture in the 90ies. The comprehension of how these trajectories influenced woman's participation in the composition of the family strategies and in the social relations established along the family lifetime was searched. The methodology of the research was based on a qualitative approach, through case study in two places: the Boa Vista community, in Itaguara/MG, and the Assentamento Dom Orione, Betim/MG. The family was considered as a study unit. The data collecting used semi-structured interviews, with pre-elaborated scripts, besides observation and field note. Boa Vista is composed by farmers that have been living there for more than 200 years. They combine agricultural and non-agricultural activities. The women dedicate themselves to housework, agriculture activities and to the mineiro weaver loom. The weaver loom allows a redefinition of gender relations, in the economic view, by modifying some of the family attributions, the domestic journey and the management strategies of the productive unit. But this redefinition does not affirm itself for the women, which reproduce subordination and the invisible speech. It was concluded that, in the rural domain where multi-activity stands out, the agrarian environment restricts it, valorizing agriculture, turning the multi-activity into a complement and accessory. The Assentamento Dom Orione is formed by migrant families, of rural origin, with experiences of rural and urban wage earning. They dedicate themselves to agricultural activities, especially horticulture and provision crops. The women are involved in household, productive and community management activities. However, these activities are understood as part of the feminine obligations. It can be thought that there is a retraction in women's autonomy the Assentamento. There, their subordination to the family is more explicit, and control mechanisms are stronger. In this rural area, closer to the urban site, the agricultural activities stands out, restricting and subordinating the women's participation.

* Major Professor: Áureo Eduardo M. Ribeiro – UFLA.

1 INTRODUÇÃO

O interesse inicial desta pesquisa era compreender as estratégias de vida de agricultores familiares, objetivando saber como enfrentam as dificuldades geradas pela conjuntura econômica da década de 1990. Mas, dentro deste tema, a presença das mulheres, através do seu trabalho e luta no cotidiano da família, chamou a atenção.

Vários estudos e pesquisas sobre agricultura familiar e mulher na agricultura destacam seu papel fundamental na esfera da reprodução social do grupo e a consideração do caráter “secundário”, “auxiliar” e “acessório” de seu trabalho produtivo. Essa caracterização das atribuições femininas está baseada em aspectos da cultura patriarcal que, sustentada pela hierarquia de poder entre os sexos, impõe a superioridade do homem em relação à mulher. Estabelecem-se, desta forma, relações de gênero, em que ao papel feminino corresponde o espaço privado e postura de subordinação e dependência diante do homem. Este, por sua vez, deve apresentar poder, expresso na capacidade de prover as necessidades de seus dependentes, através do trabalho e de relações para além da esfera doméstica, ocupando espaço público.

Pesquisas também afirmam que as mulheres passam a explicitar publicamente suas necessidades, assumindo posturas e papéis considerados masculinos, principalmente em momentos críticos. Tornam-se visíveis ao saírem do espaço privado para o espaço público, através do trabalho assalariado, das lutas sociais e políticas, da luta por sobrevivência e melhores condições de vida, e também envolvendo-se em movimentos associativos. Isso leva a pensar que as mulheres se “libertaram”, deixando a condição de subordinação. No entanto sua invisibilidade volta a crescer quando, superada a instabilidade, retornam ao espaço privado.

Que mudanças, afinal, essas situações críticas trazem para as mulheres? Como os membros das famílias de agricultores percebem e valorizam o papel feminino em suas estratégias de vida? O que as mulheres transformam em suas próprias vidas e nas relações sociais em que estão envolvidas? Por que voltam à condição de invisibilidade e reproduzem a subordinação em seu discurso? Será que “voltam” a uma condição de subordinação ou nunca saíram dela?

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar como as trajetórias de vida de agricultoras familiares influenciam as transformações de suas relações sociais. Visa também a compreender como as trajetórias femininas influenciaram sua participação na composição das estratégias familiares ao longo do percurso. E, finalmente, procura entender como o papel da mulher é reconhecido pelos membros da família e por ela mesma.

Não se pretende fazer uma análise de gênero sobre a agricultura familiar nos anos 1990. Mas, sim, trazer alguns elementos de situações específicas do papel que homens e mulheres desempenham, analisando a participação diferenciada nos processos agrícolas, na contribuição para a composição do orçamento e patrimônio familiar, no enfrentamento de limitações e responsabilidades.

1.1 Metodologia: construindo a pesquisa

Para compreender as estratégias adotadas por agricultores familiares, foram realizados estudos em dois grupos muito diferentes. O primeiro, de constituição mais antiga, situa-se na comunidade de Boa Vista, município de Itaguara, Minas Gerais. O outro, formado por agricultores que tiveram acesso à terra através da reforma agrária, vivem no Assentamento Fazenda Dom Orione, município de Betim, MG. A localização dos municípios encontra-se no Anexo deste trabalho.

A escolha desses grupos se deu pelo retrato diferenciado de suas histórias de constituição: enquanto para o Assentamento a história reflete trajetórias migratórias e deslocamentos geográficos, para a comunidade de Boa Vista a história narrada pelas pessoas revela o nascer e crescer de várias gerações, com fortes referências aquele local. Assim, as trajetórias femininas são aqui entendidas como histórias de vida, ou seja, as biografias das mulheres, podendo referir-se ou não a deslocamentos geográficos, conforme o caso¹.

O contato já existente com pessoas que permitiram a aproximação da pesquisadora aos locais foi fator de extrema importância para sua definição. Além disso, um aspecto de ordem prática diz respeito a proximidade dos dois municípios (80 quilômetros, aproximadamente), facilitando o deslocamento e permitindo o acesso aos locais quantas vezes foram necessárias, otimizando, também, os custos operacionais.

Na pesquisa, utilizou-se o estudo de caso. As experiências em usar essa técnica têm mostrado seu grande valor na busca de explicações para determinadas questões. A metodologia qualitativa é considerada mais apropriada para pesquisa social, pois consegue articular conteúdos, pensamentos e existência, permitindo obter conhecimento e interpretação da realidade (Minayo, 1994). Observação, vivência, criatividade e compreensão são algumas das atribuições que o investigador deve ter no desenvolvimento da pesquisa. Essa metodologia supõe que a sociedade seja vista como fruto das relações construídas por seus membros; nessas relações, estão presentes as mais diversas interpretações, provindas de todas as partes, e cada um escolhe a direção que lhe parece mais apropriada. Portanto, tais interpretações só podem ser consideradas “corretas e verdadeiras” para quem as realiza (Haguette, 1987; Alencar e Gomes, 1998).

¹ Esse esclarecimento se faz necessário devido à comum associação entre o termo “trajetória” referindo-se à trajetórias migratórias e/u deslocamentos geográficos.

Muitos pesquisadores entendem a pesquisa qualitativa como uma atividade interativa, da qual se procura entender as relações sociais, as interpretações realizadas pelos diferentes atores, a partir dos seus pontos de vista, sabendo-se que estes não são definitivos. O caráter provisório, dinâmico e específico marcam as questões sociais. Portanto, no processo de pesquisa, a cada coleta de dados seguiu-se uma análise parcial dos mesmos, permitindo reformular algumas questões ao longo da pesquisa, como compreender melhor a especificidade do trabalho feminino, ou do papel da mulher no conjunto das estratégias gerais adotadas pelas famílias de agricultores, como também o significado disso para as próprias mulheres. Assim chegou-se aos objetivos propostos.

A metáfora do “funil” utilizada por Bogdan e Biklen (1994) é muito rica para expressar este processo. O início do estudo é a fase exploratória, representada pela parte mais larga do funil; à medida que o pesquisador identifica pessoas e aspectos que lhe interessam, avalia a relevância do tema e a possibilidade de concretização do estudo, organiza os materiais disponíveis, estrutura novo roteiro de entrevistas e reinicia a coleta dos dados; os novos dados são analisados a fim de permitir revisões e decisões em relação aos objetivos do trabalho. O modelo circular de pesquisa qualitativa, descrito por Alencar e Gomes (1998), também explicita o caráter interativo do processo de coleta de informações, análise dos dados e reformulações das questões a serem pesquisadas.

Nesta pesquisa, a unidade de estudo considerada foi a família, definida como o grupo de pessoas com laços consangüíneos, vivendo no mesmo domicílio. A partir disso, foi possível estruturar a análise, compreendendo suas relações comunitárias e as relações sociais mais amplas. É na família que se forma a estrutura psíquica do indivíduo, sendo o espaço social de definição de hierarquia de poder entre sexos e também entre as gerações. Assim, a família é

espaço de referência emocional e afetiva, mas também de conflito entre seus membros.

Para o trabalho de campo² foram realizadas entrevistas (semi-estruturadas) com algumas famílias de cada local, a partir de roteiros pré-elaborados, além de observações “in loco” e anotações no caderno de campo. Procurou-se, no entanto, seguir alguns parâmetros que levariam a uma maior diversidade das famílias entrevistadas, como composição e idade de seus membros, localização geográfica na comunidade, condição de uso da terra ou tempo de moradia no local, principais atividades produtivas. A partir desses critérios, as famílias entrevistadas sugeriram outras que pudessem corresponder aos propósitos da pesquisa. Entrevistou-se mulheres, homens, filhas e filhos, conforme a disponibilidade do momento. Dessa maneira, foram obtidas informações que permitiram sua melhor sistematização e análise.

Na comunidade de Boa Vista entrevistou-se 29 famílias, que representam 15% do total dos moradores do local. Estima-se que ali existam aproximadamente 200 famílias, espalhadas em vários locais. Assim, elas estavam distribuídas entre eles: Sumaré, Pinheiro, Areião, Mata do Engenho, Boa Vista, Zé Teodoro, Retiro, Folha Larga e Piriá.

No Assentamento Fazenda Dom Orione, foram entrevistadas 17 famílias, representando 43% do total. Buscou-se seguir os mesmos critérios expostos acima: localização geográfica no assentamento, famílias jovens e famílias mais idosas, sistemas de produção (horticultura ou lavouras de mantimento), famílias de antigos moradores e famílias chegadas no momento da montagem do acampamento.

² “Campo” de pesquisa é entendido por Minayo como sendo o “recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, na realidade empírica a ser estudada” (Minayo, 1994: 53).

Destaque-se que as entrevistas não foram gravadas e sim anotadas no caderno de campo, junto com outras observações. Buscou-se privilegiar a participação do sujeito no seu próprio ambiente, tendo-se o cuidado de não haver o mínimo constrangimento com a situação de entrevista, procurando-se perceber a subjetividade dos processos relatados.

Não se tem uma conclusão a respeito da opção por não se utilizar o gravador para as entrevistas: este instrumento poderia inibir a pessoa entrevistada e também a própria pesquisadora. Porém, por não registrar a fala direta das pessoas, corre-se o risco de empobrecer as observações aqui destacadas e sobretudo distorcer algumas idéias colocadas pelos entrevistados. Contudo, os registros feitos no caderno de campo contemplam as observações feitas a partir do ponto de vista da pesquisadora, que é, afinal, quem faz a leitura daquela realidade. As entrevistas foram anotadas após cada dia de trabalho, fazendo-se avaliações e destacando-se dúvidas a respeito de algumas questões. O uso desses métodos – entrevistas, observações e anotações - de forma combinada, tende a produzir informações confiáveis. Através da triangulação dos dados e da análise das informações à luz do referencial teórico, foi possível elaborar o relatório descritivo e posteriormente analisá-lo para a compreensão do problema de pesquisa.

A pesquisa foi realizada em três etapas. A primeira teve caráter exploratório, com o objetivo de estabelecer contato inicial com algumas pessoas e apresentar os propósitos do estudo. Isso continuou a ser feito nas demais visitas, para todos os entrevistados, e em diversos momentos informais em que foi necessário esse esclarecimento. Também procurou-se obter conhecimento geral do espaço físico ocupado pelos dois grupos: número de famílias do local, principais atividades desenvolvidas, histórico da ocupação, informações gerais sobre parentesco, área abrangida pela comunidade, serviços existentes, como escola, serviços de saúde, sistemas de transporte; comercialização de produtos;

mediações governamentais e não governamentais e suas influências sobre o grupo.

A segunda etapa permitiu as primeiras explorações temáticas, buscando-se o conhecimento a respeito da família, como, por exemplo, sua origem e trajetória. As informações sobre a composição por sexo, idade e a localização de seus membros permitiram identificar filhos já casados, residentes ou não no local, conhecendo, assim, os primeiros fios das redes sociais. Além disso, procuraram-se informações a respeito da área explorada com agricultura e pecuária, a condição de uso da terra, as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pela família, as formas de utilização da mão-de-obra e as principais fontes de renda.

A participação da mulher, tanto em atividades domésticas quanto produtivas, apresentou-se como questão a ser mais aprofundada nos dois casos. Em Boa Vista, o trabalho delas com artesanato em tear (portanto uma atividade não agrícola) parecia representar grande importância na organização do orçamento familiar, dando “visibilidade” a elas. No Assentamento, sua participação intensa em atividades agrícolas não representava retornos monetários para elas, sendo seu trabalho considerado “invisível”; além disso, destacava-se a atuação feminina na organização social e política das comunidades. Procurou-se, então, compreender melhor o significado do papel da mulher, tanto na esfera doméstica como na esfera comunitária, a partir da hipótese de que em Boa Vista ela estaria conquistando um maior espaço de participação nesses dois mundos, enquanto que no assentamento ela estaria perdendo um espaço anteriormente conquistado em sua trajetória urbana e no processo de luta por terra, podendo ocorrer uma “redomesticação” do seu papel na família e na comunidade.

Na terceira etapa, procurou-se conhecer mais detalhadamente as rotinas de trabalho dos diferentes membros da família, destacando-se as mulheres,

buscando compreender a percepção da família em relação ao trabalho feminino, sua importância para a composição do orçamento e patrimônio familiar. Na Fazenda Dom Orione buscou-se saber também, a partir das trajetórias de vida das famílias - e nelas, das mulheres - quais mudanças ocorreram em suas vidas após a ida para o assentamento. Essa etapa foi realizada em dois momentos, sendo que o segundo teve como objetivo ampliar a amostra pesquisada a fim de obter maior segurança a respeito das informações encontradas até então.

Após cada visita procedeu-se à elaboração de relatório, que contribuiu para sistematizar informações e proceder à análise, conforme o referencial teórico. Para este, foram realizados estudos e pesquisa bibliográfica sobre assuntos como agricultura familiar, migração, herança, trabalho e trabalho feminino na agropecuária, análises de dados censitários e de documentos do INCRA a respeito do assentamento.

1.2 Apresentação do texto

O processo de construção deste trabalho não se iniciou com a escrita propriamente dita, mas com a observação da realidade, o questionamento dela e a constatação de que faltavam elementos para a sua compreensão.

A estruturação da elaboração teórica reflete a estrutura do pensamento de quem lida com a realidade concreta, no dia-a-dia de seus acontecimentos. Na vivência profissional com uma determinada realidade, muitas vezes não se sabe explicar as razões para alguns fatos. As pessoas são levadas a dar respostas ou elaborar proposições para um determinado problema. Porém, não passam de “paliativos”, soluções emergenciais, pontuais, tentativas. Não dão conta da complexidade da questão. Percebe-se que, por trás daquela realidade visível e constatada, existem aspectos mais relevantes a serem compreendidos.

O estudo de diversos autores permitiu a sistematização e organização das idéias, respondendo algumas questões e levantando outras. Assim, o texto da

dissertação segue a linha de pensamento que conjuga “ver” e “saber”. Também é uma leitura da realidade em que se percebem aspectos macrossociais e, posteriormente, procura-se compreender o mais específico. Não há a pretensão de explicar a realidade de forma completa, mas, ao menos, de forma parcial. Estando sensível às colocações dos sujeitos da pesquisa, guardando alguns cuidados nos registros das falas, no respeito ao informante, garantindo um ambiente o mais próximo possível a ele, tem-se claro que aqui está o ponto de vista e a interpretação da pesquisadora, a respeito de um fragmento da história.

O texto, propriamente dito, inicia-se com uma abordagem sobre a realidade da agricultura no Brasil e em Minas Gerais, nos anos 1990, apontando aspectos da crise atual e alguns precedentes políticos e econômicos que a explicam. Posteriormente encontram-se algumas explicações mais profundas sobre agricultura familiar, sua racionalidade e estratégias; a constante busca por terra; e, finalmente, aspectos do trabalho feminino (segunda parte).

Seguem-se os capítulos sobre a pesquisa realizada nos dois grupos, descrevendo-se, brevemente, os locais e a composição das famílias. Para Boa Vista são analisados os trabalhos desenvolvidos por seus membros, destacando-se o trabalho das mulheres com artesanato em tear e as mudanças nas relações sociais ocorridas a partir disso (terceira parte). Para o Assentamento Dom Orione procurou-se compreender alguns arranjos internos, definidores de características visíveis em sua organização; posteriormente, analisam-se as trajetórias realizadas pelas pessoas, destacando-se as mulheres, a fim de compreender o papel desempenhado pelos membros da família, sobretudo por elas, no arranjo atual de sua organização (quarta parte).

Nas considerações finais, analisam-se as trajetórias femininas para os dois casos, observando o que as mulheres viveram e o que mudou em suas vidas (trabalho, família e relações sociais), suas falas e o cotidiano observado na pesquisa.

2 AS MUDANÇAS NO RURAL NOS ANOS 1990 E O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 As transformações na agricultura brasileira

Alguns aspectos do modelo de desenvolvimento urbano-industrial implantado no Brasil a partir dos anos 1960 serão discutidos aqui. O objetivo é compreender suas conseqüências e influências sobre agricultores familiares e as estratégias que estes criam frente às dificuldades enfrentadas nos anos 1990.

As transformações recentes da agricultura brasileira decorrem do modelo de desenvolvimento adotado no país, que buscou o crescimento econômico acelerado a fim de consolidar o capitalismo, garantindo os interesses de grandes corporações. Delgado (1985) estudou o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, discutindo como, a partir de meados dos anos 1960, as transformações ocorridas na base técnica de produção agrícola – através da mecanização rural, da utilização de insumos biológicos e químicos (como fertilizantes e defensivos agrícolas) - associaram-se ao desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais. Destaca que esse processo foi promovido por políticas de financiamentos, políticas tecnológicas e fundiárias, implementadas pelo Estado, em acordo com o capital industrial e oligarquias rurais. Esse processo foi denominado “modernização conservadora”, em virtude de as mudanças tecnológicas ocorridas no sistema de produção agrícola não serem acompanhadas por mudanças na estrutura política e fundiária do país; daí o seu caráter conservador. O autor também analisa a formação do capital financeiro na agricultura, destacando os pontos críticos geradores de grandes problemas econômicos e sociais, como a fragilidade do modelo para o abastecimento interno, promovendo especulação de terras, e ainda o atrelamento

do Estado ao capital internacional, dificultando sua atuação enquanto planejador e executor de políticas públicas.

Brum (1995) caracteriza esse modelo de desenvolvimento como sendo periférico e dependente do capital e da tecnologia internacional, permanecendo, ao mesmo tempo, elitista e concentrador de capital, mercados e riquezas. O modelo tende a agravar a exclusão, as contradições e diferenciações regionais e sociais, principalmente no setor rural.

Diferenciação e exclusão de grupos sociais são marcas do processo de desenvolvimento agrícola no país. A concentração da terra, a formação de um mercado capitalista de mão-de-obra no campo, a expulsão de arrendatários e posseiros, o crescimento do número de trabalhadores sem-terra, a diferenciação entre setores agrícolas e regiões do país, o intenso êxodo rural e a acelerada urbanização são algumas das mudanças ocorridas na estrutura social e agrária no Brasil. Elas contribuíram para a transformação dos espaços urbanos e rurais.

Alguns aspectos, como migrações, mudanças na configuração do trabalho e ocupação no meio rural, bem como as estratégias adotadas por agricultores familiares, as lutas por terra no Brasil e o trabalho feminino na agropecuária nos anos 1990, serão abordados nos tópicos seguintes.

2.2 As mudanças nos espaços rurais e urbanos

2.2.1 As migrações

O intenso fluxo migratório entre regiões do país, principalmente na direção rural-urbana, é um dos fenômenos mais marcantes do processo de modernização da agricultura e um dos fatores que contribuem para explicar as mudanças nesses espaços. Entre as décadas de 1960 e 1980, mais de 28 milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades. Em 1970, quando a população rural atingiu seu máximo em números absolutos, ela correspondia a 44% do total. Desde então, o meio rural sofreu um declínio populacional,

chegando a comportar, em 1996, apenas 22% da população total (Camarano e Abramovay, 1998).

É certo que as migrações tiveram razões estruturais para acontecerem. Nas décadas de 1960 e 1970, o atrativo de empregos nos centros industriais do país fez com que o fluxo migratório rural fosse intenso na direção das cidades do Sul-Sudeste, contribuindo para o aumento da população urbana naquelas regiões. Em 1970, a população urbana do país correspondia a 55,92% do total e, em 1980, passou a equivaler a 67,57%. Entretanto, a desruralização das diversas regiões do país ocorreu em épocas diferentes: o Sudeste e Sul se urbanizaram na década de 1950-60, enquanto que as regiões Nordeste e Centro-Oeste viveram este processo na década de 1990³.

Tanto as regiões de agricultura mais extensiva e de grande concentração fundiária, quanto locais de agricultura altamente tecnicizada e integrada com as indústrias, foram responsáveis pela grande população migrante dos anos 1970⁴ (Graziano da Silva, 1995; Brito e Souza, 1995). Os fatores que levaram a população a migrar nessa década foram as mudanças na base técnica da agricultura, o crescimento da pecuária, as mudanças nas relações de trabalho e os atrativos de empregos urbanos. As áreas de fronteira agrícola na região Sul-Sudeste e Centro-Oeste do país também foram alvos das migrações rural-rural, atraindo populações pela disponibilidade de terras e recursos financeiros para investimentos agrícolas.

³ Os limites do que vem a ser rural e urbano são bastante precários, dificultando uma definição mais precisa que distinga esses dois “meios”. O tipo de ocupação realizada pela população de um determinado local (se atividades agrícolas ou não agrícolas), o local de moradia, o acesso a serviços de saúde e educação, por exemplo, não diferencia, de forma clara, o rural do urbano. No entanto, o termo “desruralização” é utilizado por autores que estudam processos migratórios e será adotado neste trabalho.

⁴ O Nordeste do Brasil e as regiões norte e leste de Minas Gerais, assim como as regiões Sul-Sudeste do país e regiões do Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas, são exemplos das regiões que mais contribuíram para o êxodo rural (Brito e Souza, 1995).

Nos anos 1980, o mercado de trabalho urbano, além de tornar-se mais restrito em decorrência da desaceleração do crescimento industrial, ficou também mais competitivo devido às inovações tecnológicas e automação dos processos produtivos. Isso fez com que o acesso a empregos formais se tornasse mais difícil para a população que migrava do meio rural, havendo crescimento apenas no setor de serviços e das chamadas atividades informais. Somando-se a esses fatores, a perda de qualidade dos serviços urbanos nas grandes cidades (como saúde, educação, saneamento e segurança) contribuiu para diminuir os atrativos desses locais. Assim, os migrantes mudaram suas preferências de destino e as migrações tornaram-se mais intensas dentro das próprias regiões⁵. O resultado observado foi um importante crescimento das cidades de médio porte, iniciando-se um processo de desconcentração urbana. Quanto à migração rural-rural, nos anos 1980 ela esteve orientada para as regiões de fronteiras agrícolas no noroeste amazônico e Mato Grosso (Delgado, 1985; Martine, 1994; Graziano da Silva, 1995; Brumer e Tavares dos Santos, 1997; Pochmann, 1999; Singer, 1999).

No campo, verificou-se redução dos recursos para crédito agrícola, ao mesmo tempo em que houve crescimento do número de pequenos estabelecimentos e das atividades voltadas para o autoconsumo. A análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1975-80, realizada por Delgado (1985), mostra que mais da metade do pessoal que se manteve ocupado na agropecuária estava nos estabelecimentos de 1 a 20 hectares. Isto não significava que aquela população estivesse inteiramente ocupada ou que pudesse extrair do trabalho agrícola o suficiente para suas necessidades de reprodução. Ela demandava, constantemente, outros meios de sobrevivência e complementação de renda,

⁵ O saldo líquido migratório inter-regional reduziu de 2,3 milhões de pessoas nos anos sessenta para 1,1 milhão nos anos oitenta, sendo o indicador desta mudança (Camarano e Abramovay, 1998).

podendo migrar temporária ou definitivamente ou, ainda, buscar alternativas em atividades não agrícolas de tempo parcial.

Nos anos 1990, a desruralização continuou marcando a organização territorial brasileira, sobretudo para as regiões Nordeste e também para o Centro-Oeste do país. Estas regiões viveram um intenso êxodo rural, com redução absoluta de sua população, inclusive pela queda da fecundidade⁶. Também a região Norte, que foi atrativa enquanto era área de fronteira agrícola nos anos 1970-80, assistiu à emigração rural nos anos 1990. Já as regiões Sudeste e Sul mantiveram certa estabilidade na proporção da sua população rural, mas não deixaram, contudo, de contribuir para o fluxo migratório (Camarano e Abramovay, 1998).

O perfil do migrante dos anos 1990 sofreu algumas alterações quanto à composição etária e sexo, modificando, portanto, a composição da população que ficou no campo. Se nos anos 1960 saíram do meio rural mais homens que mulheres, em migrações sazonais ou definitivas, nos anos 1970 e 1980 houve uma alteração nesse perfil: aumentou a proporção de mulheres nos processos migratórios, sendo estas cada vez mais jovens. Em 1996, o número de rapazes que permaneceu no campo, na faixa etária de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças. Camarano e Abramovay (1998) avaliam que há uma tendência de decréscimo da probabilidade de migração das mulheres maiores de 20 anos e um acréscimo naquelas com idade inferior. Portanto, quem ficou no meio rural nos anos 1990 foi uma população mais envelhecida e masculina, sendo que a proporção de homens solteiros é bem maior que a de mulheres solteiras, sobretudo em idades mais elevadas.

⁶ “De todos os migrantes rurais do país, 59,1% saíram do Nordeste entre 1990 e 1995, o que representou 40% da população que vivia na região no início da década. O Centro-Oeste teve sua população rural reduzida em 34%” (Camarano e Abramovay, 1998: 315).

A população idosa no Brasil (65 anos e mais) vem crescendo proporcionalmente desde os anos 1970. Naquela década representava 3,2% da população; em 1996 passou a 5,4% do seu total. Berquó e Baeninger (2000), projetando dados dos Censos Demográficos, estimaram que no ano 2000 18% dos idosos viveriam no meio rural, sendo a maioria homens⁷. Segundo as autoras, a razão de sexo (relação entre o número de homens e o número de mulheres) para a população idosa rural deveria ser de 122% em 2000.

Minas Gerais, no contexto das migrações do Brasil, foi um dos estados que mais perdeu população para os demais, caracterizando-se como “fornecedor de mão-de-obra”. Mas, a partir dos anos 1970, suas emigrações começaram a declinar e as imigrações a aumentar (Carvalho et al., 1998). Houve desconcentração urbana, a partir da redefinição da preferência dos emigrantes quanto ao seu destino: em 1991, algumas cidades de médio porte, entre 100.000 e 500.000 habitantes, com saldos migratórios positivos, foram responsáveis por 52% da população urbana total; quando somadas à cidades menores, de 50.000 a 100.000 habitantes, o percentual cresce para 72%. A cidade de Belo Horizonte, assim como capitais de outros estados, ampliou seu número de emigrações para municípios da região metropolitana, tais como Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Betim e Contagem (Brito e Souza, 1995; Golgher, 2000).

As migrações de retorno, que sempre estiveram presentes nos movimentos de populações, acentuaram-se durante o decênio 1981-1990. Aproximadamente 47,7% do total dos imigrantes do período eram originados de

⁷ Este público – o idoso rural – é, a partir da Constituição Federal de 1988, beneficiário do sistema da previdência social. Pesquisas realizadas por Delgado e Cardoso Jr. ([1999?]), nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, sugerem que o seguro previdenciário rural tem trazido impactos positivos sobre a produção agrícola do setor da agricultura familiar, podendo ser considerado um dos principais instrumentos de política agrária para este grupo de produtores. Os autores consideram que este grupo vem se constituindo num novo ator social, cujas características e dinâmicas precisariam ser melhor estudadas.

Minas Gerais e retornavam das principais regiões para onde haviam ido os mineiros nas décadas anteriores - São Paulo, Rio de Janeiro e a região Centro-Oeste. A maioria não retornou para o município de nascimento (52,2%), preferindo fixar residência na região metropolitana de Belo Horizonte. O perfil dos migrantes nesse período é composto por pessoas mais idosas e com mais filhos do que aqueles que saíram do estado (Carvalho et al., 1998).

Apesar de na década de 1980 e parte da década de 1990 verificar-se declínio na imigração, houve também queda na emigração do estado. Isso levou à redução do saldo migratório (diferença entre o número de imigrantes e de emigrantes, em um determinado período) e à elevação do índice de reposição populacional, passando de 0,79 para 0,93, entre os anos de 1986/1991 e 1991/1996; ou seja, para cada habitante que saiu de Minas entre 1991/1996, entrou no estado 0,93⁸. Minas já não tem mais o papel de “fornecedor de mão-de-obra” para outros estados; sim, pode-se considerar um destino para retornos (Carvalho et al., 1998).

2.2.2 Trabalho e ocupação no meio rural

Nos anos 1990 verifica-se uma redução da importância do setor rural sob alguns aspectos. A diminuição da diversidade produtiva e a elevação do nível tecnológico e produtividade, contribuíram para reduzir a área plantada, tanto com lavouras permanentes como temporárias. Conseqüentemente, o número de empregos e pessoal ocupado no setor também diminuiu. A queda dos preços agrícolas e, portanto, a baixa rentabilidade na agropecuária foram outros fatores desestimulantes ao setor. Com a integração aos mercados internacionais, a esses fatores somou-se a entrada de produtos agrícolas subsidiados em seus países de origem, que competem com produtos brasileiros desprovidos de

⁸ O Índice de Reposição Populacional era de 0,26 na década de 1960 (Carvalho et al., 1998).

qualquer política que os favoreça (Graziano da Silva, 1996; 1997; 1999; Ribeiro et al, 1999; Neder e Cardoso, 1998).

Diante disso, quem permaneceu no campo nesta década tendeu a diversificar suas atividades e fontes de renda. O meio rural não é mais considerado o “locus das atividades agrícolas”. Graziano da Silva (1995), estudando os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio (PNAD) entre os anos 1981/90, verificou o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural e destacou que, entre os indivíduos com domicílio rural, aqueles ocupados com atividades não agrícolas eram 3,1 milhões em 1981 e passaram a 5,2 milhões em 1990, representando uma taxa de expansão de 6% a.a. contra 0,7% a.a. dos ocupados em atividades agrícolas. Ele constata que, já em 1970, 12% da população residente no campo desenvolviam atividades não agrícolas, passando a 20% em 1980 e a 31,65% em 1990. A População Economicamente Ativa (PEA) total ocupada em atividades agrícolas caiu de 44,3% para 29% na década de 1970, e para menos de 23% em 1990.

Analisando-se os critérios que delimitam o corte rural/urbano, o autor considera que essa distinção está cada vez menos relacionada com as atividades exercidas (se agrícolas ou não-agrícolas) pelos indivíduos que ali residem; também a urbanização pouco se relaciona com o acesso a serviços de saúde, educação, ou ainda luz elétrica, água encanada, coleta de lixo. Ele ressalta, porém, que “a renda média *per capita* no campo continua a ser muito inferior à da cidade” e conclui:

“O corte rural/urbano parece ser atualmente mais uma variável explicativa das diferenças quantitativas entre os níveis de renda e o grau de acesso a determinados bens e serviços, que um corte analítico que explicita as diferenças qualitativas entre dois territórios. Por isso a “idéia de dois mundos que se opõem” vai cedendo lugar à idéia de um continuum espacial, seja do ponto de

vista de sua dimensão geográfica territorial, seja na sua dimensão econômica e social.” (Graziano da Silva, 1999: 63)

A urbanização da agricultura, tanto pelo crescimento da PEA envolvida em atividades agrícolas com domicílio urbano, como também pelo crescimento da PEA em atividades não agrícolas com domicílio rural, pode ser explicada pela valorização diferenciada do espaço rural. As atividades não agrícolas que cresceram no período dos anos 1980-90 estão relacionadas às indústrias de transformação (agroindústrias), serviços, comércio, turismo, lazer e preservação do meio ambiente. Graziano da Silva (1995; 1996; 1997; 1999) denomina esse fenômeno como “novo rural”, e observa que as pessoas ocupadas em atividades não agrícolas com domicílio rural representam 45% da PEA no campo.

O “novo rural” refere-se, muitas vezes, a atividades que em si não são novas, mas que até então não tinham expressão econômica. Atividades consideradas como lazer pessoal ou habilidades de artesãos, passaram a ser valorizadas, ganhando importância pela capacidade de gerar empregos e renda no meio rural, direcionando-se a nichos de mercados, de consumidores de média e alta renda. Artesanato, feiras, exposições agropecuárias, festas do peão boiadeiro, rodeios e festas populares têm um sentido comercial crescente, principalmente em pequenos municípios do país. Atraem comerciantes e turistas que procuram a qualidade de vida não encontrada nas cidades, como tranquilidade, ar puro e vegetação. O “novo”, portanto, é a valorização do espaço e da cultura rural, a partir do momento em que a natureza foi valorizada como objeto de consumo.

Os dados destes estudos mostram, ainda, a diminuição do trabalho assalariado agrícola nos anos 1990, mas apontam também o crescimento do número de pessoas que dedicam a essas atividades somente parte do seu tempo. Esta forma de organização do tempo de trabalho é responsável por grande

número de ocupações do setor. Dessa maneira, o agricultor pode realizar outras atividades rentáveis, sendo considerado pluriativo⁹. Além disso, verifica-se que cresceu o número de pessoas que se dedicam às atividades de autoconsumo, principalmente o setor da agricultura familiar (Graziano da Silva, 1997).

Os aspectos discutidos anteriormente foram verificados para Minas Gerais e analisados nos estudos de Neder e Cardoso (1998); Ribeiro et al. (1999); Ribeiro e Galizoni (1999); Ribeiro e Oliveira (1999). Utilizando dados de várias pesquisas e dos Censos Agropecuários, demonstram que ocorreu uma grande redução do pessoal ocupado no campo mineiro – 24,81% - entre 1985 e 1995/96. Esta redução atingiu mais os homens que as mulheres; desempregou mais os trabalhadores temporários, em atividades exclusivamente agrícolas, que eram empregados em propriedades acima de 100 hectares. Ou seja, houve redução no tamanho e expressão do emprego no setor agrário patronal, e os pequenos estabelecimentos passaram a ser os responsáveis por reter grande parte da população que permaneceu ocupada no campo, na década de 1990. O

⁹Para Kageyama (1998) um agricultor “pluriativo” é aquele que empreende atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do estabelecimento rural, obtendo diferentes tipos de remuneração como rendimentos, rendas em espécie e outras. Sintetizando o debate teórico a respeito de “pluriatividade”, “agricultura de tempo parcial” e “empregos múltiplos”, esta autora faz uma revisão de alguns trabalhos e contribui para explicar e distinguir tais conceitos. O “tempo parcial” diz respeito à fração da jornada de trabalho desenvolvida por uma pessoa. Ele pode se relacionar com uma atividade (por exemplo, “agricultura de tempo parcial”) ou pode se referir apenas ao número de horas de trabalho daquela pessoa. Nesse último caso, sugere alguma análise em relação ao subemprego ou subocupação, enquanto que no primeiro, à pluriatividade; ou seja, a possibilidade de a pessoa ter outra atividade lucrativa, além de uma que é a principal. Os dois termos, portanto, não são sinônimos. Entretanto o “tempo parcial” é condição necessária para haver pluriatividade, embora esta não exista necessariamente associada àquele. Kageyama considera que há uma evolução do conceito de “agricultura de tempo parcial” para “empregos múltiplos” e depois para “pluriatividade”, ampliando assim “o valor relativo às atividades e condições externas à agricultura, bem como às relações que são estabelecidas entre unidades produtivas e os contextos regionais, especialmente os mercados de trabalho” (Kageyama, 1998: 3). Assim, conclui ser de grande importância para esse tipo de estudo, o entendimento da economia local como referência de análise, mais importante até que a delimitação rural-urbana.

trabalho familiar representa mais de 50% da força de trabalho total ocupada no meio rural mineiro (Ribeiro et al., 1999).

Quanto à diversificação das atividades e fontes de renda da agropecuária no Estado de Minas Gerais, observa-se que, aproximadamente, 35% dos dirigentes rurais têm fontes de rendas não agrícolas. Estas provêm do setor de comércio, da aposentadoria¹⁰ e da prestação de serviços autônomos; são pedreiros, artesãos, oficiais de serviços gerais, e, em menor proporção, médicos, dentistas e empresários urbanos (Ribeiro e Galizoni, 1999). Entretanto, há certa variação desses dados para as diferentes regiões do estado, assim como da importância e do seu significado¹¹.

Neder e Cardoso (1998) observaram, a partir da PNAD de 1992 a 1995, decréscimo da PEA ocupada em atividades agrícolas em Minas na ordem de 1,68% a.a., e também um aumento da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas a uma taxa de 5,56% a.a.. Esses autores verificaram que a PEA rural não agrícola está distribuída entre diversas ocupações e que sua renda média, em 1995, ultrapassava em 48% a renda média da PEA rural agrícola. No entanto, ao considerar, nos rendimentos médios, a população ocupada sem rendimentos, o rendimento médio da PEA rural não agrícola chegava a ser menor do que o da PEA rural agrícola, evidenciando o crescimento da população agrícola que trabalha para o autoconsumo.

Nesse cenário, a agricultura familiar é a maior responsável pelas ocupações e atividades agropecuárias mais diversificadas. Os agricultores lançam mão de diversas estratégias de uso de recursos produtivos para que possam cobrir seu orçamento e garantir a manutenção da família.

¹⁰ Aproximadamente, 10% dos dirigentes rurais mineiros têm aposentadoria como uma das fontes de renda (Ribeiro e Galizoni, 1999).

¹¹ Ver mais em Ribeiro e Galizoni, 1999.

2.3 Agricultura familiar e suas estratégias

Na literatura sobre agricultura camponesa e agricultura familiar¹² observa-se a preocupação de alguns autores em evidenciar a racionalidade que governa esse tipo de produção; ela é distinta da racionalidade capitalista. A produção agrícola capitalista tem como objetivo o lucro na atividade, e o agricultor deve comportar-se como empresário rural. Já a agricultura camponesa tem como interesse maior suprir as necessidades da família ou grupo. Para isso, diferentes estratégias são criadas a fim de que sejam mantidas as condições de reprodução ao longo das gerações (Chayanov, 1974; Wolf, 1976; Schultz, 1965).

Karl Kautsky (1968) escreveu “A questão agrária” em 1898, onde analisou o desenvolvimento da agricultura com o avanço do capitalismo. É um importante estudo para entender a permanência da agricultura camponesa, apesar de vários fatores apontarem para sua extinção. O autor explica as estratégias adotadas pelos agricultores, destacando, por exemplo, os diferentes sistemas de cultivos que desenvolvem, adaptados aos recursos naturais e materiais disponíveis, permitindo estabelecer relação positiva entre população e ambiente. Também, desenvolvem atividades não agrícolas (indústria doméstica rural) para o suprimento de necessidades como vestuário, ferramentas e utensílios domésticos; intensificam o uso da força de trabalho familiar a fim de satisfazer as necessidades do grupo; procuram serviços acessórios ou assalariados, o que leva o agricultor a dedicar apenas parte do seu tempo de trabalho às atividades agrícolas; migram temporariamente, a fim de obter recursos financeiros para a sua reprodução enquanto camponeses, e definitivamente, principalmente os

¹² A designação de “agricultor familiar” define o sujeito que produtivamente se assemelha ao “pequeno produtor” e social e culturalmente ao “camponês” (Ribeiro, 1997). O debate a respeito desses conceitos não será tratado neste trabalho, onde camponês e agricultor familiar serão considerados como equivalentes. Entretanto, ressaltam-se elementos intrínsecos à sua organização, enfatizados por Lamarche (1993): “A exploração familiar corresponde a unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (Lamarche, 1993: 15).

jovens, devido à impossibilidade de permanência no meio rural. O autor reconhece que o camponês é estimulado a trabalhar mais que o assalariado, por ser proprietário de sua terra, o que o leva, inclusive, a diminuir suas exigências de consumo ao mínimo. Em sua opinião, este é um fator importante para a resistência da exploração camponesa frente à grande exploração, sem considerar isto como vantagem daquela sobre esta. Quando verifica os limites da exploração capitalista e constata que a pequena exploração não desaparece, e em alguns casos chega a se desenvolver, compreende que uma é sustentáculo da outra. Enquanto a grande exploração necessita de braços para o trabalho agrícola, ela oferece oportunidade de trabalho acessório aos camponeses, que cada vez mais precisam de dinheiro para sua manutenção.

Wolf (1976) mostra alguns argumentos importantes para explicar a distinta racionalidade camponesa, como, por exemplo, os aspectos econômicos associados à utilização dos recursos naturais disponíveis e as necessidades da família; a organização social baseada no entendimento da família como núcleo definidor (conforme também Chayanov, 1974), e os aspectos culturais e ideológicos influenciando suas relações sociais. Este autor conceitua “camponês” como aquele cultivador que vive dentro de um sistema social amplo e complexo. Nele existem ordens e regras, regularizadas pelo Estado, entre os que governam e os que cultivam alimentos, estabelecendo-se, assim, relações assimétricas de poder. Wolf considera que a maneira como o trabalho está dividido na sociedade a que pertence o camponês define a quantidade de esforço que deverá ser realizado por ele para manter e repor seus meios de produção. O autor compreende que os camponeses criam várias estratégias para atingir seus objetivos - de produção e consumo da família - mas também para modificar, ou ao menos, neutralizar os efeitos das relações de dominação.

A respeito do sistema de produção desses agricultores, Schultz (1965) enfatiza sua racionalidade quando o comum era atribuir-lhes adjetivos como

ignorantes e preguiçosos. Considera que eles são “pobres, mas eficientes”. A eficiência está relacionada à alocação dos fatores de produção disponíveis - terra, trabalho, capital e o conhecimento das técnicas de produção - que são usados para minimizar os custos e/ou maximizar os ganhos (Abramovay, 1998).

No caso do Brasil, Martins (1981), estudando numa perspectiva histórica as lutas daqueles que vivem e trabalham do campo, entende que “camponês” é um conceito político, que define o lugar social ocupado por essas pessoas. O campesinato brasileiro se constituiu com o desenvolvimento do capitalismo, a partir do momento em que terra passou a ser um bem privado, dando poder de dominação aos seus proprietários e subordinando o trabalho livre a eles. Camponeses brasileiros são os agregados das fazendas, os posseiros e sítiantes, que irão lutar contra a expropriação capitalista e pelos direitos de acesso à terra. Enquanto os “latifundiários” desejam a terra como capital, os “camponeses” desejam a terra como patrimônio de trabalho e produção. O campesinato brasileiro, de acordo com Martins, deslocou-se historicamente pelo território nacional, em busca de terra, alimentos e paz. Ao contrário do campesinato de outros países, o brasileiro sempre foi móvel, e suas rotas de deslocamento são, muitas vezes, suas rotas de conflito.

Analisando os mecanismos da produção camponesa, Chayanov (1974) explica que o seu específico é a relação entre trabalho e família. Ao analisar o campesinato e sua estrutura interna, distingue esta não como organização da produção, mas sim uma organização da atividade econômica da força de trabalho. Ou seja, o que define a quantidade de trabalho necessária para suprir as necessidades do grupo é a relação trabalho/consumo dentro da família, relação esta que varia conforme sua composição (número de homens e mulheres) e o desenvolvimento (idade dos membros). Desde a constituição até o envelhecimento e morte do chefe da família, ela passa por diferentes estágios de desenvolvimento. Portanto, para o autor, o “ciclo de desenvolvimento familiar”

é o responsável pela diferenciação econômica entre as famílias camponesas, pois em diferentes momentos, em diferentes famílias haverá maior ou menor disponibilidade de força de trabalho; portanto, diferentes capacidades de produzir e gerar excedentes.

“Família”, para Chayanov (1974), é entendida como aquele grupo que tem uma base biológica, mora na mesma residência e sobrevive da mesma fonte alimentar. Entretanto, percebe-se que o conceito de família é muito amplo e flexível, variando, conforme o autor, o grupo estudado, a época, o espaço e a abordagem teórica pela qual se opta para investigar a questão. Por isso é importante relativizá-lo.

Freqüentemente encontram-se expressões como “unidade familiar”, “unidade econômica” ou “grupo doméstico” referindo-se a um mesmo grupo, embora muitas vezes, conforme a questão, tais expressões possam designar configurações bem distintas. Quando se pensa em grupos domésticos nas sociedades camponesas, é comum a idéia de uma família numerosa vivendo sobre um patrimônio sólido e sob a autoridade patriarcal. Entretanto, Mendras (1978) considera que os grupos domésticos possuem as mais variadas formas de constituição. Em várias regiões, no entanto, a maioria da população vive em grande instabilidade, por existir uma hierarquia daqueles que pertencem a tais grupos em relação a quem não pertence. No caso da “família camponesa”, o autor leva em conta o grupo doméstico constituído por pessoas que “vivem da mesma panela e do mesmo fogo” (referindo-se à idéia de Chayanov), e observa a existência de grandes conflitos entre as gerações no convívio familiar. Considera que a idealização de “família”, como citado acima, foi feita pelas classes dominantes, a fim de reforçar sua importância, constituindo-se, assim, no objetivo a ser alcançado por todos os grupos domésticos.

Lévi-Strauss ([198-?]), estudando grupos sociais em diversas regiões e épocas históricas diferenciadas, constata que considerar família como

“fenômeno universal” é uma forma simplista de entender o conceito. Ele afirma que não há uma lei que a possa definir universalmente; no entanto, ela ocorre em toda parte. O autor define família como “um grupo social possuidor de três características: 1) tem sua origem no casamento; 2) é constituída pelo marido, esposa e filhos provenientes de sua união, conquanto seja lícito conceber que outros parentes possam encontrar o seu lugar próximo ao núcleo do grupo; 3) os membros da família estão unidos entre si por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas ou de outra espécie, e por um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade diversificada de sentimentos psicológicos” (Lévi-Strauss, [198-?]: 7).

Ao analisar conceitos de família, segundo disciplinas como sociologia, antropologia, demografia e psicologia, Bruschini (1989) observou seu alcance e limitações e procurou sintetizá-los para captar toda a riqueza das relações sociais presentes na dinâmica do cotidiano familiar. Assim, a autora define família como “unidade de reprodução social” (onde ocorre a reprodução biológica e reprodução econômica), “unidade de relações sociais” (onde valores e padrões de comportamento são transmitidos), e, enfim, como “unidade de reprodução ideológica”. Para Bruschini, é no âmbito do cotidiano da família que novas idéias e hábitos surgem, permitindo aos membros do grupo reproduzir ou questionar a ideologia dominante e realizar (ou não) uma gradativa mudança da sociedade (Bruschini, 1989).

A partir da família, o trabalho é organizado, estabelecendo-se diferentes configurações de produção. As relações seguem parâmetros de divisão de atividades entre os membros do grupo conforme sexo e idade, definindo espaços femininos e masculinos, que são determinantes e, ao mesmo tempo, irão determinar as relações de gênero na família e na sociedade.

A divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural

entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem as atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalece a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição de subordinação e dependência em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção, e à mulher a esfera privada ou doméstica (Heredia, 1979; Paulillo, 1987; Abramovay e Silva, 2000; Rua e Abramovay, 2000).

Um aspecto específico da economia camponesa é o fato de ela ser, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo. Entretanto, para compreender o modo de vida desses agricultores é preciso entender as relações entre essas unidades. A integração completa entre elas só ocorre através do casamento, ou seja, da união de um homem e uma mulher.

Ao estudar o desenvolvimento da vida de agricultores familiares na Zona da Mata pernambucana, Heredia (1979) procurou entender as relações existentes entre as unidades de produção e consumo para aquele grupo. Os distintos papéis destes espaços, que são ao mesmo tempo complementares e opostos, concretizam o verdadeiro antagonismo existente na sociedade patriarcal: o masculino-feminino. O espaço de produção – como áreas de cultivo, pastos, curral – é masculino, onde o pai de família coordena as atividades a serem desenvolvidas. O espaço de consumo – casa e quintal – é considerado feminino, pois é a mãe quem orienta as tarefas, geralmente ajudada pelas filhas moças e crianças. Cada membro do grupo ocupa um espaço de acordo com o sexo e idade: a mãe, as crianças e filhas pertencem à esfera doméstica, apesar de freqüentemente realizarem atividades no espaço de produção. Já os filhos homens, a partir de 12 anos, trabalham nas lavouras com o

pai, podendo eventualmente executar algum trabalho individual, a fim de garantir recursos para seu próprio uso. O espaço de consumo não tem razão de ser se não há o espaço de produção; por isso há subordinação das atividades domésticas e de seus arredores àquelas relacionadas com a produção. Além disso, os menores valores para fins de trocas comerciais dos produtos oriundos do quintal (frutas, verduras, frangos e ovos) em relação aos produtos das lavouras (milho, feijão, farinha), também reforçam o caráter secundário do trabalho feminino¹³. Como é o homem quem deve suprir a casa (unidade de consumo) com os alimentos necessários para a família, ele fará isso através de seu trabalho direto nas áreas de cultivos ou ainda através da venda e compra de mercadorias. Assim, o espaço público, onde acontecem as relações comerciais, é também masculino.

A oposição masculino-feminino vivenciada no cotidiano dos agricultores familiares define uma importante condição implícita para a reprodução e continuidade do grupo: o fato de as mulheres nem sempre serem contempladas na herança da terra. Entende-se que, por não serem diretamente responsáveis por nada que envolva a terra - como lavouras e comercialização dos produtos - elas não deverão receber terra em herança. Ou, quando recebem, deverão negociá-la através de um homem, seja o irmão ou marido. Na verdade, a elas muitas vezes é limitado o direito de negociar e de ser proprietária de terra (Moura, 1978).

¹³ Melo e Sabbato (2000) reafirmam esses aspectos quando analisam os dados da PNAD/IBGE para o período de 1993-1998. Segundo as autoras, a proporção de mulheres ocupadas nas lavouras e pecuária é menor que a dos homens, enquanto que estão em proporção maior do que eles nas atividades de horticultura, criação de aves e pequenos animais. Como esses itens respondem por apenas 12,4% do valor total da agropecuária, e lavoura e pecuária respondem por 83,8%, permitem colocar a mulher num papel subordinado e dependente em relação ao homem.

As pesquisas de Moura (1978) e Woortmann (1990) explicitam que o principal papel da herança é assegurar a reprodução da terra em questão, como camponesa. Esta é uma etapa num conjunto de regras que envolve a divisão da terra e as transações verticais, entre pais e filhos, e também as horizontais, entre irmãos e cunhados. Assim, Moura define herança como a *“passagem da propriedade de geração em geração e dentro da mesma geração”* (Moura, 1978: 50).

A herança da terra, no caso camponês, assume aspectos complexos, pois pode ser desencadeada antes mesmo da morte dos pais, a partir da emancipação masculina, que acontece com o casamento. É nesse momento que se define a condição camponesa independente e, portanto, a necessidade de suprir com terra uma nova unidade doméstica. Alguns filhos, na impossibilidade de permanecerem na terra, devem abandonar a condição camponesa. Portanto, herança, casamento e migração estão intimamente relacionados. Essas relações são as condições que possibilitam que o terreno familiar se subdivida o menos possível e não se fragmente em áreas descontínuas. As trocas matrimoniais e a solidariedade entre irmãos nas negociações de terra, são consideradas *“acertos”* em *“consideração”* e *“preferência”* às pessoas chamadas *“parentes”*. Como os interesses masculinos predominam nessas negociações, quase sempre é a mulher que, ao casar, deixará seu local de origem para morar onde o marido possui terras para plantar. Desse modo, procura-se evitar a entrada de homens estranhos num local. Uma nova mulher, em função de seu casamento com um homem da família, é naturalmente aceitável (Moura, 1978).

As migrações compõem as estratégias de manutenção da terra no grupo camponês. Elas podem ser temporárias ou definitivas. A migração temporária contribui para o acúmulo de recursos que permitirão a compra de terras, aquisição de meios de produção e construção da casa, quando um filho se casar. Muitas vezes é considerada como um *“rito de passagem”*, pois faz parte da

integração social daquele que migra. Ao voltar, num status mais elevado, passa da condição de “rapaz” para “homem”, podendo, enfim, constituir sua própria unidade econômica, adquirindo terras, preferencialmente de irmãos (Woortmann, 1990). Após o casamento, também são comuns as migrações cíclicas do pai de família, a fim de garantir condições de sobrevivência e permanência do grupo. Elas ocorrem conforme a sazonalidade dos ciclos agrícolas, a fim de otimizar a ocupação da força de trabalho ociosa por ocasião da entre-safra, mas sobretudo objetiva suprir as necessidades da família quando a safra anterior não foi suficiente para isto. Também ocorre com maior frequência quando uma família possui uma área de terra insuficiente para seu sustento. A migração pode ser melhor sucedida quando quem migra é conhecedor de ofícios como pedreiro, carpinteiro, ou aprende novas habilidades no ambiente de destino (como motorista, tratorista, operador de máquinas e outros). Aqueles que emigram definitivamente o fazem por ser inviável a permanência no local de origem, principalmente pela escassez de terras ou recursos, representando excedente populacional para uma determinada situação. O destino de quem migra tanto poderá ser a cidade, na busca de emprego urbano, como poderá ser o assalariamento rural, ou ainda a busca de terras em áreas de fronteiras agrícolas, permitindo a constituição de nova unidade de produção agrícola (Kautsky, 1968; Woortmann, 1990).

O estudo ou alguma ajuda em dinheiro ao filho migrante representa uma espécie de “indenização” que o pai lhe oferece por ter trabalhado em suas terras. Como o filho não terá acesso a área de cultivo, esses recursos – estudo ou dinheiro - podem promover condições de vida equivalentes à de quem permanecerá no local. Essa estratégia retrata a expulsão dos filhos homens da terra, possibilitando o aumento da parcela do(s) irmão(s) que fica(m) (Woortmann, 1990).

A herança é uma forma de compensação àquele que sempre trabalhou na terra do pai. Portanto, é o reconhecimento deste trabalho. Ao considerarem as atividades realizadas pelas mulheres na produção agrícola, não como trabalho, mas sim “ajuda”, excluem-nas da partilha. A elas cabe um “dote” que irá contribuir para a nova família no momento do casamento. Entretanto, se uma filha não se casa, não recebe esse “dote”; tampouco é estimulada a permanecer na terra, uma vez que seu reconhecimento social só ocorre através do casamento e não por meio do seu trabalho (Woortmann, 1990; Heredia, 1979; Woortmann e Woortmann, 1993).

O objetivo de manter a unidade produtiva em funcionamento, corresponde às estratégias de preservação do patrimônio familiar. Os agricultores familiares, tanto os que permanecem nos locais de origem quanto aqueles que migram na esperança de encontrar terra para plantar, às vezes conseguindo-a através de programas de reforma agrária, lutam pela sua manutenção, pois sabem do seu valor enquanto uso, trabalho e identidade social.

Além das atividades agrícolas, as atividades não agrícolas sempre estiveram presentes na vida desses produtores, tendo um caráter permanente e estrutural para eles. Nas indústrias domésticas, quem fabricava o quê e quando, era uma decisão que pertencia às normas de vivência do grupo familiar. Mas, com o avanço do processo de industrialização, a partir da Revolução Industrial, as indústrias domésticas foram se acabando. O agricultor passou a dispor de braços e tempo ociosos e necessitar de dinheiro para adquirir aquilo que não podia mais produzir. A saída encontrada foi o assalariamento nas indústrias, dedicando à agricultura somente parte de seu tempo (conhecido como a categoria de “*part time*” ou agricultor em tempo parcial)¹⁴. A princípio, o trabalho assalariado foi considerado “acessório”, pois complementava as

¹⁴ Ver Kageyama, 1998

necessidades das famílias. Mas, aos poucos, ele tornou-se mais necessário e os trabalhos domésticos e agrícolas tomaram-se “acessórios” por complementar a dieta alimentar de seus membros. Observa-se que nessa inversão de prioridades, à medida que o trabalho agrícola torna-se “acessório” para a família, ele recai sob a responsabilidade das mulheres, uma vez que os homens e filhos maiores devem “ganhar” dinheiro, saindo da propriedade (Kautsky, 1968). Geralmente essas atividades assumem maior importância nos momentos de crise da agricultura, sendo um mecanismo de resistência a ela (Carneiro, 1998).

No estudo de Carneiro (1998) junto a agricultores dos Alpes franceses, a autora distingue momentos históricos em que as atividades não agrícolas assumem significados distintos. Entre 1890 e 1930, as economias camponesas eram consideradas polivalentes e combinavam a produção agrícola com outras fontes de renda (artesanato, atividades florestais ou outros trabalhos remunerados). Garantiam, assim, a reprodução da exploração agrícola, mantendo ao menos um filho na atividade; os demais aprendiam outras profissões, determinadas pelo pai e subordinadas ao grupo doméstico. Após um longo período, entre 1930 a 1970, ocasião em que a individualização da força de trabalho se sobrepôs aos interesses coletivos e valores como autonomia camponesa foram questionados, segue-se um período de retorno àquela economia polivalente. As atividades não agrícolas passam a ser condição para a permanência de parte da população no campo e, também, para a continuidade da exploração agrícola. Porém, sob novos padrões: elas representam alternativas econômicas e sociais. Esse “novo padrão” refere-se a uma revalorização do espaço rural, passando a ter um significado positivo de qualidade de vida onde, novamente, valores da autonomia e liberdade dos agricultores são respeitados.

Na revalorização do rural, como ficam os assentamentos e as demandas de quem deseja a terra para plantio? Nesse momento, torna-se importante compreender as lutas históricas, dos camponeses no Brasil, por terra.

2.3.1 A questão da terra no Brasil

Uma característica do campesinato brasileiro é o fato de ser “desenraizado”, porém em constante busca por terra. As estratégias de migrações implicam que os filhos migrem, indo muitas vezes em direção às terras de fronteiras agrícolas; o sistema de cultivo rotacional faz com que se cultive um ou dois anos uma determinada área e depois deixa-a em pousio; as mulheres agricultoras saem do seu local de origem quando casam, para acompanhar o marido. Esses aspectos explicam a intensa movimentação dos agricultores pelo espaço geográfico nacional (Martins, 1981; Moura, 1978; Woortmann, 1990).

As diferentes formas de lutas por terra que ocorreram e ocorrem no país, desde o período colonial, são aparentemente fatos isolados. No entanto, elas têm em comum o fato de ser a manifestação dos camponeses contra a expropriação da terra pelos interesses do capitalismo. Naquela época, eles eram, sobretudo, os excluídos do sistema de morgadio¹⁵, que ocupavam e usavam áreas de sesmarias como posseiros. Também, podiam ser agregados das fazendas - índios e mestiços - que, ao cultivá-las, legitimavam o domínio do fazendeiro. Tanto posseiros quanto agregados não tinham direito ao título de propriedade da terra, sendo esta uma demarcação da desigualdade entre fazendeiros e camponeses (Martins, 1981).

Com a Lei de Terras de 1850 isso piorou ainda mais. Ela determinou que o direito à propriedade se legitimasse somente através da compra, proibindo a abertura de novas posses; definiu também a transferência das terras consideradas devolutas para os Estados. Estes, controlados pela oligarquia e poder dos coronéis, concederam terras para grandes fazendeiros que passaram a expulsar

¹⁵ “Regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro” (Martins, 1981: 32).

posseiros que viviam nos locais. Essa expulsão não ocorreu sem conflitos violentos. Os movimentos messiânicos e o banditismo rural representam momentos de explicitação da força dos camponeses contra o poder dos coronéis. A ação do Exército foi o meio encontrado pelos donos do poder para abafar tais enfrentamentos. Foi assim na Guerra de Contestado, em Santa Catarina; na guerra de Canudos, no interior da Bahia; em Trombas e Formoso, em Goiás (Martins, 1981).

À medida que a terra adquiriu preço, representando riqueza e poder, as lutas camponesas passaram a significar luta contra a renda capitalista da terra. Os posseiros tornaram-se parceiros, sendo obrigados a pagar, em mercadorias e trabalho, pela condição de cultivarem a terra do latifundiário. O aumento das áreas de domínio desses fazendeiros cresceu continuamente, além da grilagem de terras. Principalmente a partir da década de 1950, a distribuição da terra vem sendo cada vez mais concentrada. O Estatuto da Terra, aprovado em 1964 sob o controle do Estado autoritário, previa ações de reforma agrária e desenvolvimento rural. Entretanto, os interesses vinculados à propriedade fundiária se fizeram prevalecer, privilegiando ações para a modernização tecnológica para transformar o “latifúndio” em “empresa”. Portanto, as ações referentes à distribuição da propriedade não se efetivaram (Medeiros, 1994). Pelo contrário. Segundo Martins (1981)

“Entre 1950 e 1960, 84,6% das novas terras incorporadas à agricultura no país, foram ocupadas por estabelecimentos agrícolas que tinham no máximo 100 hectares e apenas 15,4% foram-no por estabelecimentos com mais de 100 hectares. Entre 1960 e 1970, quando parcialmente já tinha vigência o Estatuto da Terra e já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 35,3% dessas terras foram incorporadas por estabelecimentos com menos de 100 hectares e

64,7% por estabelecimentos com mais de 100 hectares. Finalmente, em 1975, apenas 0,2% das terras novas foram para estabelecimentos com menos de 100 hectares, enquanto que 99,8% foram para estabelecimentos com mais de 100 hectares (sendo que 75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 hectares)” (Martins, 1981: 97).

Nos anos 1990, boa parte das terras não tinha destino produtivo. Dados do INCRA de 1996, discutidos por Brumer e Tavares dos Santos (1997), mostram que 62,4% do total da área ocupada com imóveis rurais no Brasil (equivalente a 311 milhões hectares) são áreas improdutivas. Na região Sul, 42,3% delas são consideradas improdutivas e na região Sudeste chegam a 50,4%.

Com a terra concentrada, os camponeses expropriados organizaram-se em alguns movimentos como a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), as Ligas Camponesas e o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra). Tais movimentos foram exterminados pela ditadura militar; mas a ação de fazendeiros e empresas contra posseiros continuou provocando diversas formas de resistência e lutas por parte deste últimos (Martins, 1981; Medeiros, 1994).

Martins (1986) afirma que as lutas pela terra “representam a força que vem de fora do circuito de reprodução do capital (...) tomando-se luta pela ampliação dos espaços políticos dos trabalhadores, pela democracia, e não luta econômica de reprodução do capital” (Martins, 1986: 71). Nesse sentido, o autor distingue a “luta pela terra” da reforma agrária definida pelo Estatuto da Terra. A reforma agrária proposta pelo Estado tem como modelo a agricultura empresarial, baseada nos princípios da “modernização agrícola”, sendo executada principalmente pela via da tributação. Ela adquire um caráter emergencial e tópico, capaz de desmobilizar a organização dos trabalhadores. A

desapropriação das terras só aconteceria em caso de conflito social. Em sentido oposto, a “luta pela terra” é a luta dos agricultores, perseguindo objetivos de trabalho, redistribuição da propriedade e do poder, buscando condições de produção e reprodução da família rural, vida digna e cidadania. (Martins, 1986; Brumer e Tavares dos Santos, 1997; Medeiros, 1994).

Com a abertura política e a transição para a democracia a partir dos anos 1980, os conflitos no campo intensificaram-se em todas as regiões do país. Diferentes propostas de reforma agrária emergiram das diversas forças políticas, a partir da mobilização popular: o sindicalismo rural, ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ou ainda ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT); e movimentos que se estruturaram formalmente como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Dessa forma, foram explicitadas a diversidade e as especificidades dos problemas referentes à questão agrária no país. A violência continuou sendo a forma de resposta encontrada pelas elites dominantes, através de milícias particulares¹⁶. Nesse período também intensificou-se o debate sobre o significado da pequena exploração familiar (Medeiros, 1994).

Quanto ao número de famílias sem-terra no Brasil, pode-se dizer que, dependendo da fonte de informação, ele irá variar, sendo que o governo tende a diminuí-lo. Entretanto, pesquisas baseadas em dados da PNAD, indicam que há 7,4 milhões de famílias demandantes por terra. O número de “novos agricultores” assentados não representa 10% daquele contingente.

¹⁶ “Cerca de 40% do número total de famílias instaladas em programas de colonização e assentamentos estiveram envolvidas em conflitos nos mesmos municípios nos quais foram instaladas” (Brumer e Tavares dos Santos, 1997: 8).

Pode-se dizer que até fins do século XX não houve uma política de reforma agrária massiva, e o Brasil é um dos países de maior concentração fundiária no mundo¹⁷. Há quem considere a reforma agrária como uma importante política social compensatória (Graziano da Silva, 1996), enquanto outros sugerem que a redistribuição das riquezas é condição fundamental para a retomada do crescimento econômico (Veiga, 1994).

Assim, é premente a necessidade de políticas que viabilizem os produtores familiares, proporcionando-lhes renda e qualidade de vida, que garantam sua reprodução no meio rural, bem como políticas de apoio aos agricultores assentados em programas de reforma agrária, que atendam suas necessidades. Tais políticas devem ser acompanhadas de mudanças estruturais mais profundas, significando distribuição de poder, dentro de uma nova perspectiva de desenvolvimento.

2.3.2 As mulheres na agricultura familiar

É importante retomar alguns aspectos que foram colocados até aqui sobre a condição das mulheres e o papel exercido por elas na luta pela manutenção e melhoria das condições de vida no meio rural, sobretudo na agricultura familiar.

Na agricultura familiar, a expressão do trabalho feminino é sempre subestimada. A divisão sexual do trabalho vivenciada nesse cotidiano define espaços, papéis e comportamentos masculinos e femininos, de acordo com a hierarquia estabelecida pela cultura patriarcal. Pelo fato de as mulheres serem, nas atribuições de gênero, as responsáveis pela reprodução social do grupo, as atividades produtivas desenvolvidas por elas são consideradas como parte das

¹⁷ Dados do Censo Agropecuário de 1995/96 indicam que a concentração fundiária, medida pelo índice de Gini (variando de 0 até 1), situa-se em 0,856 para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa, consideradas “ajuda” e “complementares” em relação às desenvolvidas pelos homens. A importância social e econômica do seu trabalho, não é computada pelas estatísticas; no entanto, algumas pesquisas contribuem para uma noção de sua dimensão. Segundo dados da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, as mulheres respondem por 40% da mão-de-obra rural. Na agricultura familiar elas representam 36,2% das pessoas ocupadas (Abramovay e Silva, 2000).

Para Minas Gerais, Pisa e Ribeiro (1999) mostraram o crescimento da participação feminina no total do pessoal ocupado na agropecuária, no período 1985-1996, que passa de 24,51% para 26,16%. Os autores observaram que essa maior ocupação feminina ocorreu nos menores estabelecimentos, identificados com a agricultura familiar, ocupando 79,51% das mulheres que trabalhavam na agropecuária em 1996. Sua maior participação relativa e absoluta ocorre como membros não remunerados da família e representam 33,58% do total ocupado nessa categoria. Esses dados são coerentes com os apresentados por Abramovay e Silva (2000) e evidenciam a importância do trabalho feminino na agricultura familiar neste Estado.

O tipo de atividade que as mulheres desenvolvem na agricultura depende dos padrões culturais e sociais existentes para um determinado grupo. Mas, em geral, sua maior participação ocorre nas lavouras, pecuária, horticultura, criação de aves e pequenos animais, destinados sobretudo ao autoconsumo da família. Como esses itens respondem por apenas 12% do valor total do produto da agropecuária, enquanto lavoura e pecuária representam 83%, o trabalho feminino é desvalorizado e muitas vezes considerado “invisível”, permitindo que a mulher seja colocada numa condição subordinada e dependente em relação ao homem (Melo e Sabatto, 2000). Em Minas, as mulheres atuam expressivamente nas lavouras temporárias, lavouras permanentes, na produção mista e na

pecuária¹⁸, podendo esse trabalho não ser tão invisível, economicamente, quanto se imagina (Pisa e Ribeiro, 1999).

Segundo Melo e Sabbato (2000), as mulheres do meio rural têm a ideologia patriarcal muito mais introjetada em seu comportamento do que outras. Dados da PNAD de 1998 apontam que a proporção delas ocupadas sem remuneração é significativamente mais elevada na agropecuária do que em outros setores da economia. As autoras verificaram que 41,3% das mulheres ocupadas no campo se envolvem com trabalho para o autoconsumo. Dentre elas, 72,8% declararam trabalhar menos de 15 horas semanais, enquanto que para os homens essa proporção é de apenas 31,4%. Esses dados reforçam a idéia que as próprias mulheres têm a respeito do seu trabalho, como sendo parte de suas obrigações femininas, definidas nas relações de gênero. A fragilidade de sua condição fica evidente quando mais de 80% das trabalhadoras rurais não recebiam rendas monetárias, enquanto esta proporção é de 30% para os homens¹⁹. A grande diferença na participação de cada um dos sexos nos rendimentos monetários gerados, deixa clara a desvalorização do trabalho das mulheres.

Vários aspectos das estratégias de reprodução da condição dos agricultores familiares, relacionam-se à idéia do *não trabalho* das mulheres ou de que seu trabalho é *leve* e apenas representa uma *ajuda*, em oposição ao trabalho *pesado* dos homens, como, por exemplo, a *não herança* e a *não (ou menor) remuneração*. Paulilo (1987) analisa vários tipos de trabalhos agrícolas e

¹⁸ Aproximadamente 35% das mulheres ocupadas na agropecuária em Minas Gerais dedicam-se à pecuária (Pisa e Ribeiro, 1999).

¹⁹ O critério para apurar a população ocupada na agropecuária pela PNAD/IBGE, a partir de 1992, é chamado de critério amplo e abrange os ocupados remunerados e os não remunerados com jornada de trabalho semanal de 15 horas semanais e mais, e também os ocupados na produção para autoconsumo e os não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas. Este critério explicita melhor a participação feminina na agropecuária (Melo e Sabbato, 2000).

as atribuições que os caracterizam de *pesado* ou *leve*. Constatamos que essas atribuições variam de região para região, ou seja, o que é denominado trabalho leve em um determinado lugar, é considerado pesado em outro. Portanto, o que está em evidência não é a força física necessária para executá-lo e sim quem o realiza: mulheres e crianças realizam trabalhos considerados *leves*; homens realizam trabalhos considerados *pesados*. A essa classificação estão associadas diferentes remunerações, sendo maiores para o trabalho *pesado*, realizado pelos homens, e menores para o trabalho *leve*, feito pelas mulheres (Paulilo, 1987). Uma consequência imediata dessa designação, é a sobrecarga de atividades para elas, implicando na realização de dupla jornada de trabalho.

A maior parte do trabalho feminino para o autoconsumo da família ocorre no espaço doméstico, que é de âmbito privado. Entretanto, em momentos críticos, as próprias mulheres passam a explicitar publicamente suas necessidades, assumindo responsabilidades, posturas e papéis considerados masculinos. Tomam-se *visíveis* no espaço público, ao participarem ativamente da luta pela terra (Rua e Abramovay, 2000), da luta pela sobrevivência em momentos de seca, como na região semi-árida nordestina (Fischer, 2000), na busca de empregos temporários ou assalariamentos em serviços urbanos ou agrícolas, no trabalho com o artesanato, envolvendo-se nos processos de comercialização e associativismo. Esses momentos podem ser analisados como impulsos importantes para a independência da mulher rural e para o seu auto-reconhecimento enquanto cidadã e sujeito de sua própria história. Todavia, percebe-se que essa visão não se concretiza, não transformando de forma mais profunda as relações de gênero no meio rural. Valores culturais como família e suas relações hierárquicas, o bem-estar comum em sobreposição à individualidade, são alguns aspectos que prevalecem marcantes entre as famílias de agricultores, fazendo com que a mulher retorne à posição de subordinação e reafirme seu papel secundário.

Assim como Kautsky já havia discutido o fato de as mulheres tomarem-se responsáveis pelos trabalhos agrícolas quando estes passam a ser secundários para a família, Carneiro (1998) observou aspectos semelhantes. À medida que os homens saíram para trabalhar como assalariados nas indústrias, as mulheres tomaram-se oficialmente, junto aos órgãos governamentais, as responsáveis pelo estabelecimento e pela exploração rural. Entretanto, em suas práticas diárias, isto não causou transformações na posição que a mulher ocupava dentro da família. Toda a coordenação das atividades continuava sendo feita pelo marido e ela raramente assumia qualquer posição de poder nos órgãos de representação. A autora observa:

“Apesar de ter-se iniciado um processo de individualização da força de trabalho no meio rural, permitindo às mulheres se reconhecerem como indivíduos, se distinguindo do conjunto da família, este processo não engendrou necessariamente a autonomia econômica da mulher e nem mesmo sua autodeterminação enquanto sujeito” (Carneiro, 1998: 91).

Com as mudanças decorrentes da mecanização dos processos produtivos agrícolas e da individualização da força de trabalho, a autora constata que, apesar da autoridade paterna tornar-se enfraquecida, os valores familiares, que definem as identidades de gênero, não se modificam. Assim, o direito conjugal continua prevalecendo sobre as relações de trabalho, sendo priorizados os interesses coletivos da família, em relação aos interesses individuais. Para Carneiro, só haverá continuidade da unidade produtiva familiar enquanto o processo de individualização da força de trabalho não se completar.

No mesmo sentido, Rua e Abramovay (2000) discutem como a luta pela terra e o processo de consolidação de assentamentos de reforma agrária favorecem ou não a superação das desigualdades de gênero entre agricultores familiares assentados. Essas autoras realizaram pesquisa em vários

assentamentos do Brasil, sendo todos eles originados pelo processo de luta de agricultores sem terra. Nesse processo, a etapa de acampamento é uma importante estratégia para a organização coletiva. Nessa fase, as famílias sem-terra vivem de forma precária em barracos de lona, a fim de enfrentarem os confrontos com polícia, ou ainda a resistência do proprietário da área ocupada; correm riscos de terem seus plantios destruídos, vivem dificuldades para arrumarem trabalho, e chegam a passar fome. Observa-se que as mulheres participam ativamente de todas as etapas, desde o momento de mobilização do pessoal que irá acampar, da coordenação do acampamento, de confrontos armados, envolvendo-se também em ocupações de órgãos públicos e outras manifestações. Sua presença é fundamental tanto para a permanência dos homens, como para garantir o seu direito de ficar na terra. Entretanto, muitas mulheres entendem que sua participação é apenas uma contribuição às atividades dos homens, dando suporte a eles. Além disso, existe uma visão utilitarista de sua participação, quando os sem-terra percebem que a polícia “bate menos” nas mulheres, aumentando o interesse de tê-las no acampamento.

Após a consolidação do assentamento, é verificada uma redução na participação política, tanto de homens quanto de mulheres, devido às mudanças em seus objetivos e à rotina de suas atividades. Mas as mulheres participam ainda menos. O fato de elas não terem acesso à titulação da terra, ao crédito agrícola, à capacitação e assistência técnica, de não se envolverem nos processos de comercialização, limita o poder de sua participação nas questões de interesses maiores do assentamento (Rua e Abramovay, 2000).

Os aspectos apontados acima são fortes indicadores de que a conquista da terra significa certo retrocesso em algumas mudanças de comportamento que as mulheres possam ter iniciado. Fatores externos a elas, como as políticas de assentamento, reafirmam, a todo instante, que o papel de gênero não deve ser

modificado, para que as mulheres permaneçam em condição secundária e subordinada. Mas elas lutam por direitos, justiça e vida digna.

Embora as situações discutidas anteriormente possam parecer desesperançosas no que se refere às mudanças nas relações de gênero, verifica-se que o crescimento do debate em torno do tema pelos movimentos sociais, nos anos 1990, permite que sejam analisados os papéis, responsabilidades, limitações e oportunidades diferenciadas por sexo, caminhando para a superação de desigualdades e injustiças; além disso, permite questionar a subordinação de gênero, raça e classe social (Rua e Abramovay, 2000).

3 BOA VISTA: AGRICULTORES E ARTESÃS TECENDO SUAS ESTRATÉGIAS DE VIDA

A comunidade de Boa Vista situa-se a aproximadamente 20 quilômetros da sede do município de Itaguara. O município está localizado na região central do Estado de Minas Gerais, próximo 100 quilômetros da cidade de Belo Horizonte, ficando às margens da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo à capital mineira. Era distrito de Itaúna, com o nome de Conquista. Em 1923, a denominação foi mudada para Itaguara, que, em 1943, foi elevado a município.

Conta com pouco mais de 10 mil habitantes e tem sua economia baseada na agropecuária, agroindústria, fundição de ferro-gusa e extração de argila para a fabricação de utensílios de cerâmica e tijolos. Na agropecuária, destaca-se a produção de agricultores familiares²⁰.

O acesso à comunidade de Boa Vista é relativamente limitado, não sendo caminho nem passagem para outras localidades. Ela abrange grande espaço geográfico e diversos e pequenos adensamentos populacionais, aos quais seus moradores costumam denominar “povoados”. Nesses povoados moram números variados de famílias, às vezes dez, cinco, ou somente duas. Ao todo são aproximadamente 200 famílias que vivem ali, cujas relações de parentesco

²⁰ Dados do Censo Agropecuário desse município, para o ano de 1995/96, mostram que mais de 80% dos estabelecimentos rurais eram áreas de até 50 hectares e que estes ocuparam 84,35% das pessoas. Entretanto, mais de 90% das mulheres e 80% dos homens ocupados são identificados como “Responsáveis e Membros Não Remunerados da Família”(RMNRF). Esses dados caracterizam a agricultura que tem na família a sua base de organização e produção, e chamam a atenção para a marcante presença da mulher enquanto responsável pela unidade produtiva. Comparando-se os dados do Censo de 1985 com os de 1995/96 verifica-se que, no período, a ocupação de homens na agropecuária diminuiu 30,85% enquanto que a das mulheres cresceu 58,9% (IBGE, 1985; IBGE 1996). Essas informações confirmam uma tendência para o Estado de Minas Gerais, observada no trabalho de Pisa e Ribeiro (1999), já citado anteriormente.

permitem trocas importantes, garantindo condições materiais e sociais para a sua manutenção, há várias gerações²¹.

O local que dá nome à comunidade – Boa Vista – além de ser a moradia de algumas famílias é onde se encontra a igreja, o grupo escolar, o posto de saúde, o telefone comunitário e a venda. É também o ponto de partida e chegada do ônibus que transporta passageiros para a cidade, bem como do ônibus escolar. No dia-a-dia os moradores identificam esse lugar como “praça”, devido à presença de um coreto que a caracteriza enquanto tal. Portanto, a praça de Boa Vista é uma referência social para as famílias dos diversos povoados, embora não seja de fácil acesso a boa parte delas.

Os agricultores de Boa Vista diversificam suas atividades para a composição da renda, mesclando agricultura, pecuária, serviços gerais e artesanato em tear mineiro; esse feito sobretudo pelas mulheres.

3.1 As famílias

As famílias entrevistadas nesta pesquisa representam o total de 114 pessoas, das quais 57,89% são do sexo masculino e 42,11% são do sexo feminino. A distribuição por faixa etária está apresentada na Tabela 1.

Boa parte de seus membros está na idade adulta (31 a 50 anos) e, nesta, apenas 15% são solteiros. O número de “filhos” do grupo pesquisado totaliza 84, com uma média de 2,89 filhos por mulher, um pouco acima da média nacional, que é 2,5 filhos/mulher. O reduzido número de filhos, principalmente entre mulheres na faixa etária citada acima, deve-se ao controle da fecundidade através do uso de anticoncepcionais e também à esterilização feita através da

²¹ A identificação de “comunidade” pode ser entendida a partir da definição de bairro rural feita por Antônio Cândido: “o agrupamento territorial, mais ou menos denso” (Cândido, 1975: 67) onde ocorrem trocas entre as famílias, refletindo complexas redes de sociabilidade e solidariedade. Trocas de produtos, favores e trabalho garantem um mínimo necessário de integração social e complementaridade entre as famílias.

laqueadura tubária entre aquelas acima de 30 anos que já tiveram dois ou mais filhos²². As mulheres casadas com 20 a 30 anos, não demonstraram desejo de ter muitos filhos; as que não os têm, não demonstraram desejo de tê-los logo. Alegam que precisam “arrumar” muitas coisas antes de engravidar, como terminar de construir ou equipar a casa com móveis, por exemplo; ou pagar dívidas contraídas para esse mesmo fim. A gravidez e os primeiros anos da criança impedem às mulheres de trabalhar no tear, atividade desenvolvida pela maioria delas e responsável por boa parte da renda da família.

TABELA 1 Grupo pesquisado na Comunidade de Boa Vista, por sexo e idade.

Faixa etária	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 a 10 anos	13	11,4	08	7,02	05	4,39
11 a 20 anos	20	17,54	11	9,65	09	7,89
21 a 30 anos	13	11,4	09	7,89	04	3,5
31 a 40 anos	16	14,04	09	7,89	07	6,14
41 a 50 anos	26	22,80	16	14,04	10	8,77
51 a 60 anos	08	7,01	04	3,5	04	3,5
61 a 70 anos	11	9,65	06	5,26	05	4,39
71 a 80 anos	07	6,14	03	2,63	04	3,5
Mais de 81 anos	0	0	0	0	0	0
Total	114	100	66	57,89	48	42,11

Fonte: Pesquisa de campo, 2000.

²²A proporção de mulheres casadas no meio rural mineiro, entre 15 e 49 anos, que usam métodos contraceptivos chega a 71%, sendo que 41,7% delas se encontram esterilizadas (Wong e Perpétuo, 2000).

Conclui-se que os “pais” nesse grupo são mais velhos e possuem menos filhos. As famílias da comunidade não são muito grandes. É freqüente encontrar mulheres de 30 a 40 anos com apenas um ou dois filhos e que não pretendem ter mais. No caso estudado, chama a atenção o fato de que 18 famílias tinham entre 1 e 3 filhos, e apenas três famílias tinham mais de 10. Quatro famílias eram sem filhos, sendo duas de jovens recém-casados (as outras formadas por irmãos que não se casaram). Pode-se afirmar, com base nas idades e estado civil, que apenas quatro das mulheres entrevistadas ainda teriam condições para ter mais filhos. Mas apenas as recém casadas manifestaram vontade de tê-los²³.

Quanto à composição da família, verifica-se que em todas as idades, com exceção das faixas de 51 a 60 anos e de 71 a 80 anos, os homens representam a maioria do grupo pesquisado. O predomínio de homens na comunidade devido à saída, principalmente, de mulheres adultas, é uma realidade presente em Boa Vista²⁴.

Quanto à escolaridade, a maioria das pessoas da amostra não completou o ensino fundamental. Na época da pesquisa, 11 crianças estudavam: oito faziam o primário na própria comunidade e três faziam o ginásio²⁵. Somente uma pessoa completou o ensino médio, que é a professora.

²³ Wong e Perpétuo (2000) apontam a forte tendência das mulheres mineiras de não desejarem ter (mais) filhos (77,3%), sendo que a maior proporção delas encontra-se na área rural, onde 80,6% das mulheres casadas não desejam ter, ou não terão mais filhos.

²⁴ Esses dados diferem um pouco do que observaram Camarano e Abramovay (1998). Os autores verificaram que a idade dos que deixam o campo é cada vez menor: nos anos 1990 o maior fluxo migratório rural masculino ocorreu entre o grupo de 20 a 24 anos. Para a população feminina, o maior fluxo migratório ocorreu entre o grupo de 15 a 19 anos. Na comunidade de Boa Vista a maior migração tanto masculina quanto feminina ocorre na faixa etária de 21 a 30 anos.

²⁵ O ginásio é em Itaguara, no período da manhã. O ônibus sai da praça de Boa Vista às 5:30 da manhã, dificultando o acesso às pessoas que moram mais distante e fora do seu trajeto.

3.2 Acesso e uso da terra

A maioria das famílias entrevistadas possui área de terra, geralmente recebida em herança e também adquirida de irmãos e irmãs que se mudaram da comunidade. Mas não é pequeno o número de famílias que não a possuem: chega a alcançar 27,58% do grupo pesquisado. As famílias que declararam não possuir terra para plantar desfrutam do uso da área da casa e do quintal, onde se localiza a horta, o forno para assar biscoitos, o cômodo que abriga o tear e também a criação de pequenos animais. Essas famílias plantam suas lavouras em parcerias com algum proprietário de terra. Possuem apenas “uma vaca e bezerro” para tirar o leite da despesa ou ainda como reserva de dinheiro. Esses animais costumam pastar em terrenos arrendados ou cedidos pelos pais.

Quanto ao uso das terras, muitas pessoas declararam que, por não serem de “qualidade”, são mais apropriadas à pastagem para gado.

“ Só tem serra e pedra” (Senhor G. 63 anos)

“A gente planta e não dá quase nada (...) a terra é ruim para planta, o terreno é usado pra pasto”

(Senhora E., 44 anos)

“A terra é fraca, não dá mantimento” (Senhor R. 68 anos).

Mesmo aquelas famílias que possuem áreas maiores, fazem suas lavouras de milho, mandioca, feijão e arroz em terrenos de outras pessoas, no sistema de parceria.

“Roça nós plantamos de meia em terra melhor”

(Senhor R. 68 anos)

A procura de terra melhor para o plantio está relacionada ao esgotamento da fertilidade do solo. Como os agricultores dispõem apenas de

pequenas áreas adequadas para o cultivo anual das lavouras, a intensificação do uso destes terrenos, sem o tempo necessário ao pousio da terra e recuperação de sua fertilidade natural, faz com que eles busquem terrenos mais férteis para plantio das culturas de mantimentos. Além disso, a substituição da agricultura pela pecuária restringiu ainda mais as áreas para cultivo. O senhor A. (69 anos) afirmou que antes a terra era mais descansada:

“Roçava, passava fogo, dava a força da terra. Agora planta só num lugar. Depois que apareceu a braquiária o povo tá formando pasto e não deixa plantar”.

As áreas disponíveis para os contratos de parcerias também se restringiram ao longo do tempo e demonstram sinais de esgotamento, fazendo com que os agricultores utilizem adubos químicos, encarecendo os plantios²⁶.

“A lavoura é muito cara, tem que pagar a aração, o adubo, e ainda tem o trabalho” (Senhor A., 69 anos).

²⁶ Boserup (1987) procurou mostrar as alterações por que passa a agricultura camponesa conforme o crescimento da população, analisando as relações entre mudanças demográficas e alteração nos métodos agrícolas (como são combinadas formas de uso do solo com ferramentas, fertilização, trabalho e capital). Quanto à relação entre o uso da terra e as mudanças técnicas, a autora discorda da idéia de que o desenvolvimento agrícola é determinado por um processo de aperfeiçoamento gradual das ferramentas, graças ao qual o produto por hora de trabalho aumentaria, liberando parte da população para atividades não agrícolas. Contra isso, ela considera que o tipo de ferramenta agrícola necessária num dado contexto depende do sistema de uso da terra. Métodos de preservação ou recuperação de fertilidade são utilizados quando a população cresce a ponto de reduzir o pousio até sua eliminação. Estudando agricultores da Ásia, constatou que “quando a densidade de população ultrapassa um certo nível numa região de agricultura baseada no arado animal, a transição ao cultivo de forrageira em rotação não é a única solução para a escassez de pastagens. Uma outra solução consiste em interromper o cultivo de terras mais pobres e transformá-las em pastagens permanentes, enquanto a terra melhor passa a ser cultivada uma vez por ano ou mais, com técnicas trabalho-intensivas de fertilização e, se necessário, irrigação” (Boserup, 1987: 41)

Os contratos de parceria estabelecidos podem compreender meeiros ou terceiros. Quando há meação, o dono do terreno fornece a terra arada e adubada, e o agricultor, as sementes e a mão-de-obra. A colheita é dividida ao meio. Quando terceiros, o dono da área paga somente a aração da terra, enquanto o agricultor compra o adubo, as sementes e fornece a mão-de-obra. A terça parte da colheita é destinada ao proprietário. A quantidade de contratos estabelecidos, o sistema utilizado (se meeiro, terceiro ou arrendatário) e a cultura a ser plantada variam conforme a família, suas necessidades e o que lhe parecer mais conveniente. É comum que elas plantem em terrenos de mais de um proprietário.

3.3 Família e trabalho

As famílias na comunidade produzem parte de seus alimentos, como arroz, feijão, milho e mandioca. Além desses, colhem produtos do quintal, como frutas, café, hortaliças e criam pequenos animais. Algumas famílias criam gado, e também plantam cana e capim para suplementar a alimentação dos animais na estação seca. Pouco se vende ou troca desses produtos.

A divisão do trabalho entre os membros da família permite visualizar as contribuições de ambos os sexos no que se refere às atividades produtivas e reprodutivas. A princípio, os homens têm o dever de suprir as necessidades alimentares através do trabalho agrícola e da criação de gado. Os bens que não são produzidos na terra devem, teoricamente, ser conseguidos através da venda de serviços para fora do terreno da família²⁷. Pais e filhos homens são os responsáveis, portanto, por atividades produtivas na unidade de produção e também em espaços diferentes deste.

As mulheres, juntamente com as filhas, são responsáveis por garantir a reprodução social da família; suas atividades ocorrem no âmbito doméstico, o

²⁷ Heredia (1979) observa o mesmo entre lavradores do Nordeste do país.

espaço por excelência de consumo. Os cuidados com a casa, os filhos, o preparo das refeições, a produção do quintal, o processamento de alimentos (produção de polvilho, farinha de mandioca e queijo) e o tear são algumas das suas atribuições. Elas também envolvem-se diretamente com as atividades de produção agrícola, ficando, então, sob a coordenação dos homens. Algumas entendem isso como “ajuda” a eles, e afirmam trabalhar na agricultura somente quando há muito serviço acumulado. Dessa forma, colocam-se de maneira subordinada a eles, pelo menos no que se refere a essa atividade:

“A gente vai ajudar ele no plantio, quando tá mais apertado. Mas é muito difícil (ir).” (Senhora R. 43 anos).

A senhora R., nesta passagem, afirma a complementariedade do seu trabalho e sua eventualidade. Caracteriza, assim, o trabalho agrícola como domínio masculino.

Outras já fazem questão de afirmar que realizam qualquer serviço “de roça” e expressam sua força no trabalho ao compararem-se com os homens:

“Eu trabalho igual homem: planto, colho, pego na enxada. Até pico capim e dou pras vacas. Só não corto (o capim)...” (Senhora P., 37 anos).

“Sempre trabalhei na roça, desde menina. Pai morreu cedo. Ficou eu, a mãe e uma irmã. Sempre fizemos todo tipo de serviço.” (Senhora L., 55 anos).

Fica clara, nos depoimentos acima, a participação da mulher no trabalho agrícola. Tanto eventual quanto sistematicamente; tanto complementando quanto representando uma reserva de força que equivale à masculina. Mulher, nessa comunidade, indiscutivelmente, associa-se a trabalho.

Para as famílias da comunidade existem dois períodos distintos durante o ano: o tempo de plantio até a colheita, conhecido como safra (dos meses de novembro a abril) e o período da entressafra (de maio até outubro), quando cessam as chuvas. Em cada um deles, as pessoas organizam-se de forma diferenciada para o trabalho, a fim de compor o orçamento familiar.

O período da safra é considerado o mais crítico, pois é tempo de muito serviço e também de espera: é necessário plantar e aguardar uma boa colheita. Enquanto isso, é preciso cuidar bem das roças. Os homens dedicam-se a elas e suprem a demanda por mão-de-obra com a “troca de dias” entre vizinhos e parentes, principalmente nas atividades de plantio, capina atrasada ou colheita. A grande maioria das famílias não contrata mão-de-obra “paga a dinheiro”²⁸:

“Trabalho pagado não usa de pagar.”

(Senhora P., 37 anos).

“A gente trabalha a dia barganhado, e não ganhado (a dinheiro).” (Senhor J., 41 anos).

Como estão envolvidos com seus próprios plantios, os homens não podem procurar serviços remunerados. Nessa época, o produto do trabalho em tear, realizado pelas mulheres, é praticamente a única possibilidade de renda monetária para as famílias.

Nos períodos em que diminuem os serviços nas roças, na entressafra, os homens costumam se ocupar e obter renda trabalhando como diaristas, realizando atividades como limpeza de pastos, arrumação de cercas, enchimento de silos, e também como pedreiros ou carpinteiros, no próprio local ou nas vizinhanças. Não é comum sair do município, e poucos saem da comunidade

²⁸ No caso de famílias de idosos, é comum a contratação de trabalhadores, principalmente para os serviços de arrumar cercas e limpar pastos; suas terras agricultáveis são cedidas a pessoas que desejam plantar, via contratos de parcerias.

para prestação de serviço ou trabalho temporário²⁹. Apesar da inconstância do emprego, afirma-se:

“ Nunca precisou sair daqui para arrumar serviço.”

(Senhor J., 50 anos).

Os serviços realizados pelos homens proporcionam renda que será destinada às despesas alimentares da família. Em alguns casos, dão-lhes condições de adquirir sementes e adubo para o plantio da próxima safra.

O trabalho assalariado dos filhos jovens é outra estratégia utilizada pelas famílias para a composição de seu orçamento. Algumas delas têm um ou dois filhos homens empregados em fábricas de móveis ou fundição em cidades próximas, como Itaguara e Itaúna. Eles retornam para casa nos fins-de-semana e contribuem com as despesas levando compras, remédios e pagando passagens de ônibus. Na maioria dos casos, contribuem com o serviço que realizam nesses dias, ou ainda, quando não o fazem, pagam a diária de um trabalhador. Dona E., por exemplo, tem 4 dos seus 5 filhos morando em municípios próximos; suas duas únicas filhas já são casadas e, portanto, ela não tem ninguém em casa que possa ajudá-la nos serviços domésticos. A situação dela piorou quando sua saúde ficou debilitada, apresentando problemas cardíacos. Seus filhos então, juntos, pagam uma moça para fazer a faxina da casa, aos sábados.

A princípio, a família entende que o salário recebido pelo filho é para suas despesas pessoais ou para que faça suas economias, se desejar se casar. A colocação de dona L. (55 anos) a respeito de seu filho que trabalha na fundição em Itaguara é bem clara:

²⁹ Não se observaram casos de migrações temporárias em Boa Vista.

“Ele ajuda muito em casa. Ele vem todo sábado e trabalha muito na roça. Eu não gosto de pedir (dinheiro), ele deve juntar o seu dinheirinho, deve querer casar...”

O assalariamento de um filho não significa sua saída definitiva para outro ofício, tampouco a permanência enquanto agricultor, devido principalmente à escassez de terras. Esta questão está mais próxima da possibilidade de manter as condições atuais de permanência da família no local, sendo uma importante estratégia de reprodução.

3.4 Tear, família e mulher

O artesanato em tear é uma tradição na comunidade e uma arte que é passada de mãe para filha, há muitos anos. As meninas aprendiam a tecer entre os 10 e 12 anos de idade, somente observando as mais velhas. Quando em uma família havia mais de uma moça que já sabia tecer, costumava-se ajudar a outras (parentes ou vizinhas), pois não havia um tear para cada uma. Assim, o tear e atividades como descaroçar algodão, cardar e fiar, proporcionavam trocas de serviços e encontros entre as mulheres para fazer tarefas maiores.

O tear é um aparelho de madeira, utilizado para confeccionar tecidos, de forma manual. É composto por várias partes, como o liso, o pente, a queixa, as pisadeiras. Várias pessoas envolvem-se com esta atividade, desde o marceneiro, que faz a estrutura; aquele que confecciona o pente de bambu; quem faz o liso; e também quem está diretamente relacionado ao plantio e trato do algodão, à confecção da linha e, atualmente, à sua compra; e, finalmente, a pessoa que prepara o tear e tece. Homens, mulheres, jovens, crianças e idosos participam do processo. Mas geralmente são as mulheres que se destacam, por serem as artesãs e coordenarem as atividades.

Há mais tempo o trabalho no tear supria diretamente as demandas de vestuário e outros acessórios para a família, como cobertas e toalhas. Atualmente, vem assumindo uma contribuição cada vez mais importante na renda das famílias, em decorrência do declínio da renda agrícola. Elas dedicam-se a confeccionar produtos para venda sob encomenda - como colchas para cama, toalhas e centros de mesa, panos de bandeja, tapetes e outros.

Para se chegar ao ponto de tecer, muitas horas e dias de serviço são gastos. São várias as etapas do trabalho, como “dobrar” os fios de linha, urdir, arrumar o tear, fazer os novelos para preencher os tecidos (denominado no local como “encher canelas”), tecer, cortar e arrematar.

O trabalho de dobrar a linha nada mais é que duplicar o seu fio, fazendo-se novelos, para evitar que se arrebente com facilidade. Esse serviço pode ser feito por crianças - quando não estão na escola - por mães de moças que já tecem, por idosos ou por homens, à noite. Algumas pessoas pagam por esse serviço, sobretudo quando recebem encomenda com urgência; mas isso significa que elas tirarão parte do pouco que ganham e, de acordo com elas, “não compensa”. As mulheres que tecem para alguém (ou seja, que são pagas para isso) já recebem a linha “dobrada”, ficando com as demais tarefas.

Depois de “dobrada”, a linha enovelada pesa mais ou menos um quilo. Ela deve ser passada na “urdideira”, ficando no formato de uma grande trança de fiados, conforme o que será tecido. A urdideira é formada por dois quadros verticais que se cruzam, munidos de pregos de madeira destinados a dispor os fios, e é acompanhada por uma caixa baixa, com 12 divisórias, onde são colocados os novelos e de onde se tiram os fios que formam a trança. Quando se trabalha com linha de apenas uma cor, uma pessoa faz o serviço sozinha; quando são várias cores, duas pessoas trabalham melhor. As vizinhas colaboram umas com as outras. Esse serviço é feito nas primeiras horas da manhã, ou, então, ao fim do dia, durando cerca de uma hora.

Depois de urdida, a linha já pode ser arrumada no tear. Primeiramente, enrola-se a trança no cilindro principal, necessitando três pessoas: uma vira a manivela, outra puxa o pente e outra puxa a trança, a fim de deixá-la bem esticada. Essa etapa não é demorada, gastando-se por volta de 10 minutos.

Posteriormente, é preciso enfiar cada fio no “liso”. O liso é uma peça do tear formado por quatro “folhas” (armação de madeira em forma de um retângulo), trançado por uma linha especial, mais grossa, tipo barbante, formando “casas” por onde são passados os fios. A forma de arrumar as linhas nas folhas do liso é o “repasso”, que é o que ajuda a definir o desenho final do tecido, pois o que faz isso mesmo é o trabalho com os pés nas “pisadeiras” (pedais de madeira aos quais estão presas as folhas do “liso”). Depois, os fios são passados no pente. Este é feito de bambu e encaixado na “queixa” (peça de madeira do tear, que o sustenta). Com o auxílio de uma espátula pequena, passa-se cada fio numa fresta do pente, fazendo-se o mesmo arranjo do liso.

A etapa de arrumar o tear propriamente dito é feita, na maioria das vezes, pelas mulheres. Exige muita atenção para contar as casas, não podendo pular nenhuma delas. Havendo algum erro, é necessário desmanchar tudo e recomeçar para fazer certo. É um trabalho considerado cansativo por precisar ficar sentada, parada, numa mesma posição. O tempo para essa etapa varia conforme a prática da pessoa e seu costume em utilizar um repasso ou outro. Alguém com certa experiência demora mais ou menos uma hora para colocar as linhas no liso. Mas quando é um repasso que a pessoa utiliza menos, leva-se mais tempo. É comum que mães arrumem o tear para filhas moças. Também é comum que “repassos” menos utilizados sejam de conhecimento de poucas mulheres.

Em seguida, os lissos são amarrados nas pisadeiras e está tudo pronto para começar a tecer. As linhas utilizadas para fechar (ou “tapar”) o tecido devem ser colocadas nas “canelas” (pequenos pedaços de bambu ou borracha,

utilizados para fazer os novelos), com o auxílio da “caneleira” (é uma roda, com manivela, para fazer os novelos). A canela cheia é colocada na “lançadeira” (pequeno suporte de madeira, em formato de canoa), que é passada de um lado para o outro, “tapando o tecido”. Muitas vezes, quando as mulheres estão tecendo, necessitam da canela de uma cor ou outra e têm que parar de tecer para “encher canela”. Isso atrasa o serviço. Quando existe uma criança por perto, ou outra pessoa disponível, costuma-se pedir que ela faça isso.

À medida que os tecidos vão ficando prontos, são enrolados ainda no tear. Como ficam emendados, é preciso cortá-los para separar as peças. Geralmente, a cada fim de dia de serviço, corta-se o que foi tecido. Depois, segue-se o arremate, geralmente feito à noite, assistindo televisão, ou então durante um bate-papo da visita entre vizinhos. Quem estiver disponível nessa hora, trabalha: as mulheres, os maridos, as crianças, os idosos.

Arrumar o tear e tecer são consideradas as tarefas mais importantes. A elas serão garantidos tempos contínuos do trabalho das mulheres, que chega a 4 ou 5 horas seguidas. As demais tarefas, como dobrar linha, urdir, encher canelas e arrematar são consideradas fáceis e acessórias (apesar de serem essenciais para o trabalho), podendo, por isso, ser realizadas ao longo do dia, entre outras tarefas domésticas, ou ainda por crianças, idosos ou homens, quando estão desocupados. Algumas mulheres, que não tecem, realizam esses trabalhos para outras, podendo trocá-los por outros serviços ou favores, ou ainda receber pagamentos em dinheiro. Portanto, o tear permite que as mulheres conciliem atividades domésticas com uma atividade remunerada, verificando-se, entretanto, que isto amplia sua jornada de trabalho.

O trabalho de tecer é feito por mulheres, mas existem homens que também o fazem, sendo constatado pelo menos um caso. O senhor V. (45 anos) tece há aproximadamente 8 anos, época em que D.(40 anos), sua esposa, ficou grávida da filha caçula do casal. Ele faz esse serviço principalmente no período

da entressafra, pois considera que dá mais renda do que os trabalhos geralmente realizados pelos homens. Entretanto, todas as etapas de preparo do tear, são feitas por sua mulher.

“Aprendeu comigo. Quando fiquei grávida da C. , com cinco meses não podia mais tecer, até três meses do bebê. Ele tece depois de arrumado o tear.”

(Senhora D., 40 anos).

Na maioria das famílias entrevistadas (72% delas) existe ao menos uma mulher que trabalha com o tear ou atividade afim, como “dobrar linha” ou então bordar. Nas famílias que declararam não trabalhar com isso, verificam-se problemas de saúde ou idade avançada das mulheres, e um único caso de mulher com filhos pequenos, que no momento da pesquisa não estava podendo tecer. daquelas que têm tear, apenas uma declarou não fazer produtos para vender. Ela é uma das poucas que planta o algodão no quintal, descaroça, carda, fia na roda de fiar e depois tece colchas para a família. Afirma saber fazer “todo tipo de serviço antigo da roça”.

Outra mulher não tece, pois, tendo a família uma grande área de terra, dedica-se à criação de gado e porcos, tirando seu sustento dessas atividades. Curiosamente, eles pouco se relacionam com seus vizinhos. Por este caso, pode-se perceber a importância do trabalho em tear para a socialização das mulheres na comunidade. Essa socialização se inicia enquanto são crianças. O processo de aprendizado das meninas se mantém através das gerações. Elas aprendem à medida que observam as mais velhas e, quando param de estudar, mais ou menos aos 11 anos de idade, passam a tecer. Antes disso, faziam atividades “secundárias”, como “dobrar as linhas” e “encher canelas”. Dessa forma, as moças aprendem um ofício que irá garantir-lhes ocupação e renda para suas necessidades individuais (roupas, calçados, produtos de beleza e higiene

peçoal), para o próprio enxoval e, ainda, algumas economias para o momento do casamento. As moças, portanto, fazem boa parte de seu “dote”, e os pais não fazem grande parte de suas despesas³⁰.

Observa-se que há uma sucessão dessa atividade de mãe para filha: enquanto elas são crianças, ajudam as mães nos serviços gerais da casa e também no tear. À medida que vão aprendendo a tecer, as mães passam a ajudá-las, dobrando linha, colocando no tear e enchendo canelas; algumas mães deixam de tecer, ou deixam de ser a artesã principal da família quando sua filha moça passa a fazê-lo.

Quanto às mulheres adultas, é o tear que as aproxima e cria afinidades entre elas. Trocas de serviços e favores, por alguma etapa do trabalho, bem como a circulação de informações sobre encomendas, preços, cursos e a participação na associação de artesãos do município são temas das conversas entre elas. Além disso, é como artesãs que se identificam e reconhecem profissionalmente, inclusive com registro na carteira de trabalho de algumas. Apesar do orgulho que sentem, possuem o receio de problemas no momento da aposentadoria, por não ser a profissão reconhecida pela legislação trabalhista.

3.5 Comercialização, renda, relações sociais

O artesanato, diferentemente do trabalho agrícola, proporciona serviço o ano todo. Há meses em que se vende mais que em outros, como novembro e

30 O trabalho em tear feito pelas filhas moças equivale ao roçado individual ou “roçadinho” descrito por Heredia (1979). Os “roçadinhos” são pequenas áreas de terra destinadas ao trabalho individual dos filhos e filhas, naquele local estudado. A autora analisou que ele tem um importante papel no processo de socialização dos filhos, uma vez que é onde aprendem e aperfeiçoam as técnicas do trabalho agrícola, as normas de comportamento exigidas por esse trabalho e, à medida que aumentam as necessidades de consumo dos filhos, seus produtos são destinados a supri-las. O tear, em Boa Vista, proporciona meios para que as filhas façam suas despesas e sobretudo tenham um ofício especializado, que poderá acompanhá-las por toda a vida.

dezembro, por conta das festas de Natal, e maio, mês das mães. Nessas épocas, as mulheres recebem muitas encomendas de comerciantes de outros municípios, que vão até a comunidade. Nos demais meses, as encomendas são menores, mas elas tecem “por conta própria”.

A comercialização dos produtos tecidos sem encomendas pode ser feita através da associação de artesãos, que possui uma sede comercial na cidade, denominada “Centro de Artesanato Nica Vilela”. A maioria das artesãs de Boa Vista é associada a ela. O Centro de Artesanato comercializa os produtos deixados em consignação: somente quando é efetivada a venda, a artesã recebe o seu dinheiro. Entretanto, esse não é um bom local para venda, devido à demora em comercializá-los, podendo levar 6 meses, ou até 1 ano. As artesãs acabam preferindo negociar com outros lojistas que, apesar da demora para pagar, o fazem com prazos certos (30 ou 60 dias). Além disso, o Centro comercializa os produtos com preços abaixo daqueles praticados pelos comerciantes locais, a fim de vender mais e poder concorrer com produtos industrializados.

Existem casos de mulheres que tecem para uma determinada pessoa, sendo esta intermediária no processo de produção e comercialização. Esta pessoa tanto pode ser outra artesã, como homens da comunidade que não tecem mas fazem esta intermediação.

O mercado que consome esses artigos é aquele que valoriza o artesanato, pela imagem do rústico e do romantismo do produto “feito a mão”. A venda é feita para outros intermediários de lugares turísticos de Minas Gerais e também de grandes centros urbanos.

O produto artesanal ganha importância econômica a partir da valorização da cultura e do ambiente rural. Grupos específicos (nichos de mercado) consomem produtos que tragam o rótulo, ou a imagem, do que é “natural” e feito com “harmonia”. No entanto, o consumidor não está disposto a pagar o valor devido ao produto artesanal, mesmo sabendo do maior trabalho

humano envolvido para produzi-lo, e nem está interessado em artigos que tragam em si a criatividade local, que reflete valores e gostos específicos de quem o produz; ele quer um produto barato e relativamente padronizado, de acordo com a sua idealização do rural e do artesanal. O mercado consumidor do “novo rural” vai, aos poucos, impondo seus valores, gostos e ritmo de produção; potencializa, assim, a aceleração das perdas do que é realmente regional e original, reafirmando a dominação urbano-rural³¹.

A renda gerada com a venda dos tecidos é destinada a bens que variam conforme a família: produtos de higiene e limpeza, roupas, consultas médicas, remédios, contas de luz, mensalidades do sindicato, utensílios domésticos, móveis e, claro, a própria linha utilizada na tecelagem. Algumas mulheres, ainda, pagam tratamentos dentários; outras, fazem economias para a reforma da casa. Quando falam do rendimento, elas costumam ser muito modestas, ou mesmo tímidas:

“Só dá para comprar essas coisinhas”

(Senhora R., 43 anos)

“Dá pra gente ganhar uma beiradinha”

(Senhora L., 39 anos)

Geralmente verbalizam como “secundário” o seu trabalho e os bens adquiridos com ele, pois consideram essenciais os recursos de alimentação, manutenção do patrimônio familiar e do gado, que são providos, majoritariamente e culturalmente, no domínio do trabalho masculino³².

³¹ As pesquisas e análises sobre o “novo rural”, realizadas por Graziano da Silva (1996; 1997; 1999), subsidiam essa discussão.

³² A idéia de principal-masculino e secundário-feminino associa-se à relação feita por Paulilo (1987). Esta autora percebeu que trabalhos “leves”, independente da força física exigida, são aqueles realizados por mulheres; sendo assim, recebem menor remuneração. Os homens realizam trabalhos considerados “pesados” e recebem maior remuneração.

No entanto, à parte o sustento, ponderam que a despesa da casa é diversa, e o tear permite, com seu produto, o suprimento de despesas – também cultural e simbolicamente importantes – que passam a ser responsabilidade feminina. Revalorizam assim, à margem, o seu trabalho e autonomia de renda:

“Numa casa não tem só a despesa de comida. É muita coisa que gasta.” (Senhora P., 34 anos).

*“As mulheres daqui não deixam conta pra marido pagar”
(Senhora E., 23 anos).*

Em alguns casos podem utilizar este dinheiro para pagamento do armazém e açougue (itens alimentares), compra de sementes e adubo para plantio. Sendo assim, o trabalho feminino assume despesas que seriam do domínio dos homens e o artesanato passa a ser visto como atividade principal:

“O tear é o trabalho mais forte” (Senhora L., 44 anos)

Ao referir-se à contribuição para as despesas da família, dona P. também afirmou que seu marido paga os itens de alimentação e deve “se virar” para comprar os insumos necessários ao plantio, pegando dinheiro emprestado e depois vendendo uma criação para pagar a dívida. Mas o dinheiro dele não dá, por exemplo, para comprar suas próprias roupas:

“Nós mantém nós, e ainda ajuda ele.”

(Senhora P., 34 anos)

Entretanto, é possível perceber certo acanhamento por parte das mulheres quando se referem aos ganhos com seu trabalho e à contribuição dele para as despesas domésticas. É como se não pudessem afirmar que esta renda é importante, ou, às vezes, até a mais importante:

“O trabalho da mulher ajuda em casa, não é muito pouco (...) Não compro semente porque o dinheiro não dá, já pago muita coisa.” (Senhora P.)

Todas as mulheres declararam ser o tear “um serviço que não compensa” financeiramente. Explicam que, há alguns anos, as linhas eram mais baratas, possibilitando economizar ou realizar compras à prestação. Muitas mulheres compraram geladeira, tanque elétrico para lavar roupas, televisão, antena parabólica, havendo o caso de uma delas que completou o dinheiro para a compra de carro. Depois do Plano Real, afirmam que o artesanato “só paga a linha” que usam para tecer, revelando a insatisfação com a remuneração que recebem.

Uma das razões para os baixos preços pagos atualmente aos produtos do tear diz respeito à concorrência com produtos industrializados. Isso faz com que elas trabalhem muito para obter uma remuneração mínima necessária, suficiente para arcar com as despesas da família³³.

Mesmo sendo considerada pequena a remuneração pelo trabalho realizado no tear, observa-se que possibilita arcar com boa parte das despesas da família, principalmente aquelas relacionadas à saúde, vestuário e melhoria da moradia e do ambiente doméstico. A obtenção de recursos para o suprimento extra alimentar recai, sutilmente, sob a responsabilidade feminina. O artesanato em tear permite, também, que relações sociais internas e externas à comunidade sejam estabelecidas a partir das mulheres, crescendo, assim, sua expressão enquanto cidadãs.

³³ Um cálculo estimado, baseado em informações colhidas durante as entrevistas, permitiu chegar a uma noção do ganho por dia de trabalho com o tear. Para produzir 25 panos de bandejas, gastam-se 5 dias de trabalho (entre todas as etapas, desde dobrar a linha até o arremate) e recebe-se uma média de R\$3,00 (três reais) por dia de serviço, descontando-se os gastos com linha. Consideram que o arremate “sai de graça”.

4 ASSENTAMENTO DOM ORIONE: HISTÓRIAS DE MIGRANTES

4.1 Breve histórico da área e aspectos gerais do assentamento

O assentamento Fazenda Dom Orione está localizado no município de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte. Ocupa área de aproximadamente 215 hectares onde se encontram assentadas 39 famílias. Diferentemente das famílias de Boa Vista, que são originárias daquele lugar e contam casos dos antepassados e antigos moradores, as famílias do Assentamento têm origens e histórias bem diversificadas. Elas trazem, em suas raízes, a história do campesinato brasileiro, excluído do processo de desenvolvimento. Sua mobilidade espacial pelo território nacional se relaciona com as estratégias dos agricultores na busca por terras, na permanência de áreas camponesas, bem como com a conjuntura de desenvolvimento do país³⁴. Nos anos 1980/90 as poucas perspectivas de encontrar terras nas fronteiras agrícolas, o baixo crescimento econômico, a redução da oferta de empregos urbanos e o inchaço das cidades grandes fizeram com que os agricultores migrantes direcionassem seus caminhos para cidades de médio porte. A migração de retorno para o local de origem, ou então para sua região, passa a ser uma opção para os migrantes a partir daquela década³⁵.

Até o início da década de 1960 o município de Betim mantinha fortes características rurais e sua economia estava voltada para o setor primário. A partir da segunda metade dessa década sua vocação industrial foi intensificada, devido, principalmente, à privilegiada localização e condições topográficas. No

³⁴ Martins (1981) descreve a mobilidade espacial do campesinato brasileiro em busca de terra: os deserdados, a busca das fronteiras agrícolas, os sistemas de lavoura, a busca de empregos urbanos.

³⁵ Durante a década de 1981/1991, as migrações de retorno para Minas Gerais representaram 47,7% do total dos imigrantes do período (Carvalho et al., 1998).

ano 2000 o setor industrial domina a economia do município, destacando-se os ramos automobilístico, siderúrgico, metalúrgico, petroquímico e de cerâmica. A população urbana representa mais de 94% de sua população total (INCRA, 1997).

O imóvel onde hoje se encontra implantado o assentamento pertencia à Companhia de Distritos Industriais (CDI), que não exercia qualquer atividade agropecuária na propriedade. Esta manteve um “Contrato de Comodato e Cessão Temporária de Uso” com a prefeitura municipal de Betim, desde 1986, com finalidade de plantios agrícolas para famílias rurais. Assim, vários trabalhadores exploravam culturas de milho, feijão, arroz e hortaliças. Alguns estavam na área há mais de 14 anos. Eles nada pagavam à proprietária do imóvel a título de arrendamento, o que caracterizava a condição de posseiros (INCRA, 1997). Entretanto, os agricultores moradores da fazenda reivindicavam a legalização da posse.

A fazenda também estava sendo ameaçada de ocupação por grupos de “sem casa” para loteamento urbano, na expectativa de assentar 1500 famílias. Esse fato aguçou a luta dos posseiros, que se somaram a agricultores sem-terra e moradores da periferia de Betim, organizados na Associação dos Pequenos Produtores e Sem-Terra de Betim. Este grupo ocupou a fazenda em janeiro de 1996. Mais de 50 famílias montaram acampamento na área a fim de pressionar a Prefeitura Municipal de Betim, a CDI e o INCRA para solucionarem o problema de posse da terra, garantindo seu uso para atividades agropecuárias.

Após um ano e nove meses na situação de “acampados”, saiu o decreto federal em setembro de 1997, que declarou o imóvel de “interesse social para fins de reforma agrária”, autorizando o INCRA a promover sua desapropriação e elaborar o projeto de assentamento. A fazenda foi dividida em lotes que variavam entre 2,5 e 6 hectares, seguindo critérios técnicos de qualidade de terra e disponibilidade de água.

Importante destacar que as famílias que ocuparam a fazenda eram de origem rural, algumas delas com experiências de luta por terra vivenciadas em tempos anteriores àquele, em suas regiões. Essas famílias também fizeram diferentes trajetórias urbanas e, naquele momento, encontravam-se desempregadas ou com dificuldades para arrumar ocupações produtivas, moradia e sustento.

Dois aspectos foram favoráveis aos agricultores e à formalização do assentamento. O primeiro se refere ao interesse da proprietária do imóvel, para que fosse desapropriado, não impondo qualquer tipo de resistência nas negociações com o INCRA. O segundo diz respeito à localização do imóvel em área rural, não havendo interesse por parte da Prefeitura de Betim em realizar loteamento urbano, que exigiria investimentos em infra-estrutura muito maiores que um assentamento. Isso contribuiu para agilizar os trâmites legais da desapropriação e a elaboração do projeto pelo INCRA.

Durante o período de acampamento os agricultores plantaram feijão, milho e hortaliças coletivamente. Também receberam cestas básicas do INCRA e da prefeitura. Desta última receberam ainda mudas de árvores, hortaliças, sementes e pintinhos. A proximidade com os bairros da periferia e industriais de Betim também foi favorável, sob alguns aspectos, à permanência no acampamento, facilitando o recebimento de doações e a realização de serviços por alguns membros das famílias, principalmente as mulheres.

A inserção neste contexto urbano e industrial confere certas particularidades ao assentamento. Ele faz divisa com algumas propriedades rurais e também com bairros urbanos de Betim, como Petrovale, Santa Rita e Jardim Nazareno. Fica distante 10 quilômetros do centro da cidade e o acesso é facilitado pelo tráfego de ônibus urbano dentro do assentamento. Outros municípios também estão próximos, como Sarzedo e Ibirité. A refinaria Gabriel

Passos, da Petrobrás, e a FIAT Automóveis são duas das importantes indústrias que se encontram em suas imediações (INCRA, 1997).

Essa localização permite que as famílias do assentamento estabeleçam intensas relações com o ambiente urbano dos municípios e seus bairros. No entanto isto se manifesta de forma bastante conflituosa, sendo ora positiva, ora negativa. Os bairros são os locais que permitem acesso à escola, ao atendimento à saúde e lazer. É onde muitos agricultores têm parentes e amigos, sendo também local de moradia de algumas das famílias. A comercialização daquilo que é produzido no assentamento, as compras de mantimentos e outros bens necessários às famílias acontecem nesses locais.

Mas a proximidade urbana em demasia traz, às vezes, certos problemas. É comum que pessoas dos bairros vizinhos utilizem o campo de futebol sem que haja, necessariamente, um bom relacionamento com quem mora ali, provocando discórdias e sentimento de “invasão” nos assentados. O avanço sobre a terra e a construção de casas em parte do terreno dos lotes que fazem divisas com os bairros também são freqüentes, além de roubos de mantimentos em lavouras, de animais nos quintais e de objetos pessoais nas casas dos agricultores. Estes são alguns dos problemas mencionados pelos assentados.

Existe ainda uma outra ordem de problemas que não possui um entendimento claro por parte dos agricultores, e está relacionada diretamente à proximidade do ambiente urbano e rural: a qualidade dos recursos naturais. A visão que as famílias têm do ambiente do assentamento é bastante otimista, principalmente por parte de crianças e jovens. Consideram que o assentamento é bem servido de água; valorizam o verde da área de reserva. Vêm a natureza como algo externo a eles e não questionam seus problemas como resultantes da intervenção humana.

Mas o cotidiano é bem diferente. No assentamento passa o Córrego do Quebra, que tem sua nascente principal próxima ao bairro Petrovale, colocando

em risco a qualidade da água pela poluição; outras cinco nascentes estão na área do próprio assentamento e deságuam nesse córrego. O estado de conservação delas é duvidoso. Entretanto, o córrego do Quebra é perene e sua vazão tem permitido irrigação das terras à sua margem³⁶. Parte das famílias faz cultivos intensivos de hortaliças, podendo contaminar a água pelo uso de agrotóxicos. No assentamento também existem três represas, estando uma delas arrombada e as outras com sinais de assoreamento.

Algumas pessoas demonstram relativa preocupação com a existência de uma empresa de extração de areia, córrego acima, no bairro Petrovale, uma das causadoras do seu assoreamento, e também em relação aos agricultores que trabalham com irrigação de hortaliças. Mas consideram este tema delicado, pois, no primeiro caso, acham que não podem controlar, sozinhos, a tal empresa; no segundo, estariam tocando em questões difíceis de serem resolvidas principalmente por haver grandes diferenças e divergências entre as famílias que trabalham com hortaliças e as que não o fazem.

A visão otimista do ambiente do assentamento que algumas pessoas trazem deve-se ao fato de haver grande contraste entre este e a periferia urbana, onde vivia a maioria dos agricultores assentados. Assim, o problema com a qualidade da água não fica tão evidente, o mesmo vale em relação aos problemas de erosão dos solos, de lixo e outros resíduos. No entanto tais problemas comprometem a qualidade futura dos recursos atualmente disponíveis.

Observa-se, portanto, que a proximidade do assentamento com cidades e indústrias não proporciona, necessariamente, ligações através de trabalho urbano. Elas se dão, como já colocado, pelo lazer, educação, saúde, religião e moradia. No assentamento, as famílias dedicam-se majoritariamente ao trabalho

³⁶ Segundo relatório do INCRA (1997), 43% da área do assentamento admite o emprego de irrigação.

agrícola, e apenas poucas pessoas desenvolvem atividades não agrícolas no próprio lote.

Nesse espaço rural com características e proximidades urbanas muito acentuadas, as atividades agrícolas se destacam, enquanto, onde o rural tem mantido suas características próprias, como foi observado em Boa Vista, as atividades não agrícolas se sobressaem³⁷.

4.2 As famílias

Entre as 17 famílias entrevistadas, totalizando 79 pessoas, 45 são do sexo masculino (56,9%) e 34 são do sexo feminino (43,03%). Sua distribuição por sexo e idade está apresentada na Tabela 2.

Nota-se que a população do assentamento é majoritariamente jovem, o que difere do observado na comunidade de Boa Vista, onde predomina a população adulta. No assentamento, metade das pessoas entrevistadas encontra-se na faixa etária entre 0 e 20 anos, sendo que quase 30% estão na faixa de 11 a 20 anos e 21% estão na faixa de 0 a 10 anos. Por ordem decrescente de participação percentual, segue a faixa etária de 31 a 40 anos, com 13,92% da amostra; e depois a faixa de 51 a 60 anos, com 11,39% das pessoas.

Os homens representam a maior parte do grupo pesquisado, mas, diferentemente de Boa Vista, estão melhor distribuídos entre as idades adultas e a maioria deles estão entre os infanto-juvenis (55,6% dos homens estão na faixa etária de 0 a 20 anos).

³⁷ As pesquisas realizadas por Graziano da Silva (1996) e Graziano da Silva et al. (1997) confirmam essa tendência.

TABELA 2 Grupo pesquisado no Assentamento Dom Orione, por sexo e idade.

Faixa etária	Total		Homens		Mulheres	
	nº	%	nº	%	nº	%
0 a 10 anos	17	21,51	11	13,92	06	7,79
11 a 20 anos	24	29,11	14	17,72	10	12,65
21 a 30 anos	08	10,12	05	6,33	03	3,79
31 a 40 anos	11	13,92	05	6,33	06	7,59
41 a 50 anos	03	3,79	0	0	03	3,79
51 a 60 anos	09	11,39	06	7,59	03	3,79
61 a 70 anos	06	7,59	04	5,06	02	2,52
Mais de 71 anos	01	1,26	0	0	01	1,26
Total	79	100	45	56,95	34	43,18

Fonte: Pesquisa de campo, 2000.

O número total de filhos dessas famílias é 98, com uma média de 5,76 filhos por mulher, bem acima da média nacional. Pode-se afirmar que 48,9% deles vivem no assentamento com seus pais, conformando uma média de 2,8 filhos por família. Os que não estão ali, moram em bairros de Betim próximos ao assentamento, como Petrovale, Taquaril, Brasília, Teresópolis e municípios vizinhos como Sarzedo, Bom Jardim, Brumadinho, Contagem e Belo Horizonte. Há casos de alguns filhos que moram na cidade ou região de origem da família. Outros, em estados como São Paulo e no Distrito Federal, tendo migrado com os pais, ou ainda ido por conta própria.

Interessante notar é que no assentamento os pais são mais jovens do que os pais da comunidade de Boa Vista, estando na faixa etária de 31 a 40 anos; e

possuem um número grande de filhos, sendo estes, sobretudo, crianças e adolescentes, representando 50% da população da amostra. Mas também existem pais mais idosos (51 a 70 anos) com muitos filhos e que são, em parte, responsáveis pelo número deles que não está no assentamento³⁸.

Quanto à escolaridade, pode-se afirmar que a maioria das crianças em idade escolar está fazendo o ensino fundamental. Entre as famílias entrevistadas, encontram-se 27 estudantes de 1º grau (representando 34,17% da amostra), sendo que, destes, 48,18% fazem de 5ª a 8ª série (16,45% da amostra). É bom destacar que 11,39% do grupo pesquisado são crianças de 0 a 6 anos. Segue-se aquelas pessoas que fizeram até 4 anos de escola e não estudam mais, representando 22,78%, e depois aquelas que nunca freqüentaram a escola, representando 7,59%. Por fim, os que já completaram o primeiro grau representam 3,79% do grupo pesquisado. Conclui-se que o nível de escolaridade entre os filhos dos agricultores do assentamento é mais elevado que o de seus pais³⁹. O fácil acesso à escola, com transporte específico para os turnos da manhã e tarde, é um dos motivos que explica esse fato. As dificuldades de empregos urbanos, bem como as dificuldades de trabalho agrícola e de aspectos de qualidade de vida (como sistema de saúde, educação e ensino) no meio rural,

³⁸ Carvalho et al. (1998) consideram o efeito indireto da migração (crianças nascidas, filhas de migrantes, na região de destino e sobreviventes ao final do período que analisaram) e analisam o perfil etário dos migrantes de Minas Gerais, comparando-os aos não migrantes: verificam que a proporção de crianças entre imigrantes e emigrantes é significativamente maior do que entre os não-migrantes. Os autores atribuem esse aspecto ao fato de que a população migrante geralmente se encontra nas idades mais férteis. Os imigrantes de retorno, no entanto, são mais velhos que os emigrantes, e contribuem com a grande participação de imigrantes não naturais de Minas, devido às relações familiares, principalmente cônjuges e filhos de mineiros (estima-se que sejam 155 mil pessoas). Essas famílias têm como preferência de moradia os municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. Esses aspectos explicam as maiores taxas de crescimento populacional dos municípios da periferia em relação ao núcleo da RMBH.

³⁹ Este dado confere com outras pesquisas sobre o tema, como por exemplo Rua e Abramovay (2000).

são outros fatores que contribuem para que os pais estimulem os estudos dos filhos.

4.3 Diferenças e identidades

As famílias do assentamento têm diversas origens e histórias. Neste local elas se encontram e estabelecem suas relações a partir das afinidades e identidades. São vários os aspectos que contribuem para haver identidade e, em oposição, diferenças entre elas. A busca do entendimento desses aspectos, suas convergências e divergências, ao invés de obter classificações, permite compreender a complexidade da configuração interna do Assentamento Fazenda Dom Orione. É o que se pretende analisar a seguir.

Relacionando-se as histórias das famílias, os sistemas de cultivos e as formas de organização para o trabalho no lote, verifica-se que existem duas formas distintas de uso do solo e produção agrícola. Pelo menos 17 famílias cultivam principalmente produtos para o autoconsumo e 15 dedicam-se ao plantio de hortaliças para comercialização. Pode-se relacionar cada um desses sistemas produtivos com a idade dos membros das famílias: agricultores jovens tendem a dedicar-se à horticultura, enquanto agricultores idosos, ao plantio para o autoconsumo.

Outro aspecto que os diferencia e interfere nas relações sociais é o fato de haver novos e antigos moradores da fazenda. Praticamente a metade dos assentados são moradores antigos e metade são novos, vindos no momento da ocupação. Esse aspecto revela diferenciação econômica entre as famílias.

No assentamento existem ainda pessoas que exercem fortes influências sobre o grupo. Lideranças diferentes acabam por dividir as famílias por afinidades ideológicas e políticas, levando a separar o assentamento em áreas geográficas distintas: a região “de cima” e a região “de baixo”.

4.3.1 Os horticultores

Alguns agricultores cultivam hortaliças para comercialização. O sistema de produção adotado por eles prevê o uso intensivo do solo, fertilização através de adubos químicos, uso de defensivos, preparo mecanizado dos canteiros, irrigação por aspersão e produção de mudas em estufas. Isto significa que os investimentos para o desenvolvimento da atividade, em capital e trabalho, são muito importantes.

A horticultura proporciona trabalho o ano inteiro e ocupa todos os membros da família. Exige também a contratação de mão-de-obra extra. Os contratos estabelecidos com trabalhadores vão desde parcerias em alguns tipos de culturas até o recebimento de um salário mínimo. É obrigação do dono da horta fornecer local para o parceiro dormir, comida e a roupa lavada.

Os pais e filhos homens em idade de trabalho realizam todas as atividades da horta. É o pai quem coordena e distribui as tarefas do dia, considerando que os filhos não dedicam todo o tempo ao serviço, pois estudam. As mulheres e as filhas (moças) são responsáveis principalmente pelas atribuições da casa: o preparo das refeições (café, almoço, lanche da tarde e jantar) e lavagem de roupas da família e de trabalhadores, que às vezes chegam ao número de três. Quando os filhos são pequenos, a mulher “só trabalha em casa”. Este é o caso de V. , 26 anos, que tem quatro filhos pequenos e mais três trabalhadores na horta; e também L., 29 anos, com dois filhos e dois trabalhadores na horta. Mas quando uma filha moça já sabe fazer os serviços da casa, a mãe trabalha também na horta, fazendo todas as atividades. É o caso de M.C. e R. que afirmam:

“Só não carrego grade” (M.C., 35 anos)

“Faço de tudo aqui: planto, colho, faço almoço...” (R., 34 anos)

Como se pode notar, não há muita distinção entre tarefas de homens e mulheres na horta. Em alguns casos, as mulheres também coordenam essas atividades, embora não deixem de ter suas atribuições em casa. A senhora V. (34 anos) é a titular de seu lote - e não seu marido, como é critério do INCRA conferir a titularidade do lote ao homem⁴⁰ - e cultiva hortaliças. Ela tem uma filha de 18 anos, mas só pode contar com ela para os serviços da casa na parte da tarde, pois a moça estuda no período da manhã.

Todo o processo de trabalho com a horticultura, a não ser o preparo dos canteiros, é manual. As pessoas envolvidas ficam expostas a condições delicadas, como o contato com a umidade da terra, o calor intenso, os agrotóxicos e a própria postura física exigida (ficar abaixado ou muito curvo). Estes são alguns aspectos apontados pelos agricultores como o lado negativo da atividade, afirmando que “só gente jovem” e “com saúde” pode fazer o serviço. Assim, observou-se que nessas famílias, geralmente, os pais estão na faixa entre 20 a 40 anos de idade, aproximadamente.

A comercialização das verduras é feita quando algum *cliente* faz uma encomenda. Os clientes são compradores que buscam os produtos e levam até um ponto de venda, diretamente ao consumidor ou a outros comerciantes: uma barraca na feira; um determinado sacolão, ou ainda um comerciante maior que, após juntar um determinado volume de produtos, leva-os para o CEASA ou grandes redes de supermercados. Alguns desses clientes são agricultores assentados, que possuem um carro e um pequeno ponto comercial em bairro próximo. Eles levam seus próprios produtos, mas também compram dos vizinhos. As encomendas são feitas por telefone (praticamente todos os horticultores possuem telefone celular) ou pessoalmente, quando o cliente passa com seu carro, faz o pedido e marca hora para buscá-lo.

⁴⁰ Neste caso, o marido de dona V. não é o titular por ser aposentado.

A renda proveniente da horta é destinada à família como um todo. Não se nota uma pessoa específica que define o destino da mesma. Mas explicam, de forma geral, que parte dela é direcionada para a manutenção da atividade (compra de adubos, sementes, insumos, equipamentos quando necessário) e parte é para o uso da família (alimentação, vestuário, saúde). Isso é definido conforme as necessidades.

“Deixa de comprar uma coisa para comprar outra”

(MC., 35 anos)

Observa-se satisfação nas mulheres que trabalham com hortas, por estar ocupando o tempo de que dispõem em uma atividade produtiva, assim como foi verificado em Boa Vista. Mas, neste caso, elas demonstram também certo desagrado com a atividade:

“Tem serviço a semana inteira, fico sem saber por onde começar. Tem que adubar, passar inseticida, catar mato.

Mas acho bom. A gente ocupa, não sabe o mês, o dia...

Tenho vontade de fazer defumados, a horta faz muita umidade.” (MC., 35 anos).

No propósito de suprir as necessidades da família, quem trabalha intensivamente com a horticultura tem sempre uma pequena área onde cultiva produtos para autoconsumo e cria pequenos animais. É comum entre elas, principalmente entre antigos moradores da fazenda, a complementação do orçamento familiar com o aluguel de casa no bairro onde moravam, um ponto comercial e também a prestação de serviço de trator.

4.3.2 Cultivadores de mantimentos

Outro sistema de produção existente no assentamento é aquele baseado no cultivo de lavouras de mantimentos e criação de animais para o consumo da família. As culturas freqüentemente plantadas são milho, mandioca, batata doce, amendoim e feijão.

Essas famílias trabalham com a própria mão-de-obra, não contratando trabalhadores em nenhum momento. Os homens são os responsáveis pelas atividades produtivas, sendo que todos os membros trabalham em qualquer serviço. As mulheres e filhas têm a responsabilidade das atribuições consideradas de caráter reprodutivo, como preparo da comida, cuidado com roupas, filhos, limpeza da casa, cultivo de horta doméstica e criação de pequenos animais. A rotina delas pode ser bem ilustrada pelo depoimento de dona B., 49 anos:

“A gente levanta cedo, acende o fogo e põe água pra ferver para fazer café. Já põe o feijão pra cozinhar também. Ai, olha as galinhas, dá comida pra elas, vê se botou ovo no mato, trata dos porcos, põe água nas flores, na horta. Ai vai pra casa, da casa pras panelas, do almoço volto pras roupas. Depois tomo banho e vou mexer com passar roupa”.

A parte dos produtos colhidos que não é consumida pela família, pode ser vendida ou trocada entre vizinhos, ou comercializada pelos próprios agricultores nos bairros, principalmente milho verde e mandioca.

A complementação da renda de algumas dessas famílias provém de benefícios sociais (64% delas recebem aposentadoria, pensão ou auxílio bolsa-escola). Três famílias diversificam suas receitas através do trabalho das mulheres em

uma pequena indústria de biscoitos e bolos, no próprio assentamento⁴¹. Elas são parentes entre si e duas delas (I., 42 anos e D., 45 anos) já plantavam na área antes da ocupação. São as titulares de seus lotes, pois não são casadas. As áreas são vizinhas e a estrutura montada está no terreno de I.. Segundo essas mulheres, os produtos da “agroindústria” têm boa aceitação e procura, mas não proporcionam um bom retorno econômico.

“Tudo o que faz, vende. O que vende compra ingredientes” (I., 42 anos).

É na entressafra que investem mais nessa atividade. No período da safra elas dedicam-se ao cultivo de mantimentos e têm muito orgulho em dizer que sempre cuidaram de tudo sozinhas, com o auxílio de alguns filhos.

“Nós planta de tudo também: mandioca, milho, abóbora, melancia, horta” (I. 42 anos).

É interessante notar que a maioria das famílias que planta para o autoconsumo não se referiu, com grande importância, ao caso de filhos que os ajudem nas despesas. Vale lembrar que se trata de famílias numerosas e que não são raros os casos de um ou mais filhos estarem desempregados, morando com suas famílias em terreno dos pais, ou ainda, pagando aluguéis em outros locais. Pelo contrário, o lote dos pais no assentamento é uma alternativa de ocupação e renda para aqueles, em momentos críticos. Nessa situação, os filhos contribuem

⁴¹ As mulheres responsáveis por essa pequena indústria, assim como os demais assentados, identificam-na como “agroindústria”. A instalação dessa unidade de processamento de alimentos deu-se com o apoio da prefeitura municipal, visando a incentivar atividades que permitam agregar valor aos produtos agrícolas, gerar renda e ocupação no meio rural. Esta experiência segue exemplo do PROVE – Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola Familiar do Distrito Federal, de iniciativa governamental daquele estado, no período 1995-1998. A respeito deste programa, ver Santos (1999).

com a limpeza e preparo da terra e plantam em parceria. O filho de dona D. (69 anos), por exemplo, utiliza a área do lote da mãe para plantar e comercializar mudas de café e outras sementes.

Boa parte das famílias que se dedicam a esses cultivos são mais idosas, estando na faixa etária acima de 50 anos. Algumas ainda recebem recursos de aposentaria. Nesses casos, os agricultores aposentados acabam sendo o suporte econômico de suas famílias, cujos membros encontram-se separados (filhos com ocupações e moradia urbanas), proporcionando, assim, maior estabilidade a elas.

Pode-se dizer que os agricultores mais idosos encontram, no assentamento, o local de “parada” dos seus processos migratórios, a perspectiva de possuírem terra e realizarem o trabalho agrícola:

“Meu sonho sempre foi ter uma terrinha. Sempre gostei de criação.” (Senhor JR, 59 anos).

O retorno ao meio rural tem o significado de vida mais tranqüila e mais barata em relação aos bairros urbanos de periferia:

“Não precisa pagar aluguel e aqui não vive tudo embolado” (Senhor JM, 61 anos).

O trabalho agrícola proporciona ocupação para esses agricultores, que não precisam mais se submeter a patrões; os alimentos produzidos por eles garantem parte do sustento da família, sem que os repartam com o dono da terra, e os recursos da aposentadoria garantem os itens básicos do sustento.

Os aspectos apontados em relação à ocupação agrícola de agricultores idosos relacionam-se aos problemas sociais que envolvem essa faixa etária. O idoso aposentado carrega o preconceito de ser “desocupado”, ou ainda, de ser “velho”, “doente”, e de “não servir mais para nada”. Sendo “velho e doente”, representa um peso para a família; mas ao mesmo tempo, por ser aposentado,

muitas vezes é fonte de renda segura para ela. Neste sentido, a partir do assentamento, verifica-se um ganho no espaço de socialização dessas pessoas em relação às famílias, ao grupo a que pertencem e a elas próprias. O aumento de sua participação nos processos produtivos, aliado à experiência de luta pela terra, são aspectos importantes na construção da cidadania para esses agricultores.

4.3.3 Antigos e novos moradores

Este é outro recorte que pode ser feito para a melhor compreensão das diferenças e semelhanças entre os agricultores no assentamento.

Pode-se afirmar que as famílias dos antigos moradores são mais capitalizadas que as famílias que foram para a fazenda no momento da ocupação da terra. Aquelas, de uma forma ou de outra, desfrutavam de maior estabilidade, consolidada na aquisição de lote urbano e casa em bairros próximos. Móveis, eletrodomésticos, automóvel e ferramentas para o trabalho, inclusive tratores agrícolas, são outros indicadores dessa estabilidade e capacidade de capitalização das famílias, principalmente daquelas que cultivam hortaliças. Os recursos do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) contribuíram para a melhoria das condições de vida dessas pessoas à medida que permitiram aquisição de implementos agrícolas para trator, ampliação dos equipamentos de irrigação, compra de utensílios para hortas (como bandejas de mudas, pulverizadores, materiais para estufas) e a construção das primeiras casas. Em alguns casos, esses recursos fizeram parte da composição de outras economias, possibilitando a troca de veículo ou aquisição de caminhonetes.

Dos antigos moradores, aqueles que cultivam hortaliças afirmam que foi com muito trabalho que conquistaram tudo o que possuem, e não fizeram “tudo isso de uma hora para outra”. Segundo dona M.C. (35 anos), que já plantava hortaliças na área há 15 anos,

“Quando viemos pra cá, a gente não tinha nada; regava com mangueira. Depois compramos um motor a óleo para fazer a molhação. Fomos trabalhando e economizando. Compramos um motor grande, há uns 10 anos; depois um trator, arado e um pouco de irrigação; depois compramos a encanteiradeira. A gente morava no bairro Brasília, na nossa casa mesmo, vinha a pé pra cá, trazia marmita e café. Voltava, já era dez horas da noite. E eu ainda tinha que lavar roupa. Depois a gente passou a mexer com feira, em Betim e Sabará. Vendia alface, almeirão... esse dinheiro ia comprando irrigação... Tem que economizar, tem que aprender a fazer isso.”

Essa colocação expressa o desejo que esse grupo tem de que seu esforço e luta de muitos anos seja reconhecido e valorizado, pois eles se acreditam alvo de inveja das demais famílias, justamente pelo salto de qualidade de vida que deram, depois de consolidado o assentamento. Não que os agricultores que chegaram depois não tenham melhorado sua qualidade de vida. Mas, como partiram de uma condição econômica mais precária que aqueles - muitos desses não tinham casa ou estavam sem emprego ou ocupação - a diferença entre os dois grupos é marcante, podendo ser evidenciada no tipo e estágio de construções das casas e equipamentos de trabalho.

As famílias que foram para o assentamento com a ocupação – os novos moradores - adquiriram, com os recursos de PROCERA, alguns itens básicos para iniciar uma vida nova: alimentação, ferramentas, como foice, enxada, machado, carrinho de mão, pequenos animais, pagaram a aração da terra, adquiriram adubo, esterco e sementes para os primeiros plantios. Alguns adquiriram equipamentos de irrigação (cano, aspersor e motor) e deram início às

construções das casas, onde passaram a morar. Os recursos iniciais dessas famílias eram bem modestos:

“Tudo o que tinha, eu trouxe pra cá: umas panelas, prato, coisa de cama” (Senhora L., 54 anos)

A casa de dona L. tem três cômodos e ainda está em construção. Sua família conta com o trator da prefeitura para arar a terra e também com doações de sementes de milho para o plantio. Ela e seu marido demonstram que passam por um período de adaptação para conhecer as características da terra e procuram observar as potencialidades daquele local:

“Nunca trabalhamos em terra arada (...) A gente tem que plantar o que a natureza permite: mandioca dá bem, batata doce e amendoim também.”

Observa-se que os novos moradores possuem uma certa indefinição quanto ao ramo de atividade que pretendem desenvolver, principalmente entre as famílias mais jovens. A pouca experiência com o cultivo de hortaliças, exigente de maiores investimentos em capital e trabalho, fez com que alguns tivessem experiências não muito positivas⁴² no primeiro ano do assentamento, achando ser esta uma atividade que não compensa:

“Ganha mais, mas gasta o dobro também”
(Senhora R., 36 anos).

Entretanto, a possibilidade de circulação mercantil mais ágil dos produtos hortícolas e colocação em mercados consumidores próximos, permite

⁴² Dona L., 29 anos, cuidava da horta, e todos os dias, pela manhã, levantava bem cedo para acionar a irrigação. As primeiras horas frias do dia, levantando da cama quente e o contato com a umidade, lhe provocaram uma pneumonia.

que essas mesmas famílias jovens vislumbrem a possibilidade de capitalização e aquisição de bens de sua necessidade. A experiência negativa e, ao mesmo tempo, o desejo de melhoria de qualidade de vida leva muitas delas a associarem-se para experimentar algumas alternativas como, por exemplo, o estabelecimento de parcerias entre vizinhos e amigos para o plantio de canteiros de verduras ou então o plantio associado de quiabo. Também existem casos de pessoas que vendem as verduras que produzem ou buscam nos vizinhos e comercializam nos bairros próximos. Isso pode ser feito tanto por quem tem carro, como os casos de alguns homens, M. (28 anos) e G. (26 anos), como por quem não tem esse veículo. Dona R. (36 anos) busca verduras com carrinho de mão para vender, de casa em casa, no bairro, pelo menos três vezes por semana. O resultado da venda é repartido com o produtor.

Como se pode observar pelas descrições anteriores, a priorização de um tipo de produção agrícola em relação ao outro - horticultura para comercialização e lavouras de mantimento para o autoconsumo da família – não implica, necessariamente, em exclusão. As famílias de novos moradores experimentam formas associativas de produção, almejando melhorarem suas condições de vida.

4.3.4 As regiões “de cima” e “de baixo”

As diversas estratégias adotadas pelas famílias de agricultores no Assentamento Fazenda Dom Orione são experiências que se somam. No entanto, o entendimento equivocado, por elas próprias, de que ali deveria existir uma comunidade unificada por interesses e afinidades, as prejudica no momento de construções de relações que aprendam a lidar com diferenças. É comum o pensamento de que a associação formada pelos agricultores deveria satisfazer a todos, trazendo benefícios iguais, de forma a torná-los iguais. Como isso não ocorre (as diferenças existem antes mesmo de consolidado o assentamento), a

presidência da associação ora está com uma “liderança”, ora com outra, refletindo em quem participa das reuniões e momentos de decisões coletivas.

Os grupos que essas pessoas influenciam não são claramente definidos: misturam-se agricultores que trabalham com horticultura e os que trabalham com lavouras de mantimento; novos e antigos moradores; mas acabam por dividir o assentamento em regiões: aqueles que moram na região “de cima” e os que vivem na parte “de baixo”. Vale dizer que no momento de divisão e distribuição dos lotes pelo INCRA, os agricultores já se uniram por afinidade, laços de parentesco e outras relações existentes para definirem os locais de moradia.

Na região “de cima”, predominam famílias que plantam para o autoconsumo, existindo antigos e novos moradores e alguns horticultores. Muitas famílias dessa área se identificam com algumas lideranças ligadas ao MST. A discussão a respeito de projetos de produção coletivos as aproximam e as experiências de parcerias entre assentados encontram-se nesse grupo.

Já na região “de baixo”, a maioria dos agricultores são antigos posseiros e também horticultores, embora existam produtores de mantimentos. Os moradores dessa região são influenciados por cinco famílias, parentes entre si. Em linhas gerais, são famílias mais capitalizadas e, pela horticultura, estabelecem intensas trocas com o mercado. Estratégias individuais de produção e comercialização predominam entre elas.

É importante afirmar aqui que esta é uma realidade muito dinâmica, pois refere-se a relações humanas, que são estabelecidas com o outro. Portanto são mutáveis, permeáveis e influenciáveis, conforme o momento, o tema a ser tratado, a forma, as pessoas envolvidas.

Os aspectos expostos até aqui contribuem para compreender as relações internas do assentamento em sua dinâmica global e coletiva. O trabalho identifica e distingue as famílias de agricultores, sendo esta a unidade definidora

das relações sociais. A família é o núcleo onde, aparentemente, existe harmonia, uma vez que cada membro cumpre seu papel definido nas relações de gênero. No entanto, é a partir das histórias individuais que se pode perceber as mudanças ocorridas na vida de cada um e o significado da conquista da terra para eles. Dessa forma, é possível compreender como homens e mulheres vivenciaram suas trajetórias, analisando como refletem o que se passou nos caminhos percorridos e o que mudou (ou não) em suas vidas no momento em que vão para o assentamento.

4.4 Histórias de migrantes

A maioria das famílias do assentamento são originárias das regiões Nordeste de Minas, Vale do Rio Doce, Norte do estado e também da região central (Campo das Vertentes). Após realizarem intensas trajetórias migratórias, retornaram a Minas Gerais, escolhendo sua região metropolitana para viver⁴³.

A história de A. (37 anos) propicia um entendimento do movimento em busca de terra e trabalho e sua opção pela proximidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Ele saiu de Rio Vermelho, na região do alto do Rio Doce, MG, aos 13 anos de idade, em 1976, acompanhando seus pais e sete irmãos. Seu pai não possuía terra e plantava em parceria com fazendeiros. A família foi para Bom Jardim (região central de Minas Gerais) e morou em casa de parentes. A. trabalhou durante 7 anos plantando hortaliças como meeiro; depois arrendou terra e por fim comprou um lote. Também trabalhou em São Paulo na construção civil, mas depois de um ano retornou a Minas, quando empregou-se em fábrica de móveis em Sarzedo (município vizinho a Betim) e, posteriormente, em transportadora. Como não tinha mais seu lote, passou a plantar horta novamente

⁴³ A maioria dos migrantes de retorno, não voltou para seu município de origem (52,2%). Dentre as mesorregiões do estado, foi a RMBH aquela com maior predominância de imigrantes não-naturais de seus municípios (Carvalho et al., 1998).

em parceria em Caeté (região central do estado), juntamente com seu irmão. Casou-se com R. e moraram naquela cidade durante dois anos. Nesse período, sua sogra, que trabalhava na “horta comunitária” organizada na área do atual assentamento, sofreu derrame cerebral. Resolveram mudar para Sarzedo e A. passou a cuidar do terreno dela. Assim, já estava na área há quase 10 anos antes da ocupação, mas só foi morar no local depois de efetivado o assentamento. Quatro irmãos de A. também receberam lote ali.

Acredita-se que a falta de opção de trabalho e ocupação em outros setores da economia, principalmente para a população com pouca qualificação e pouca escolaridade formal, faça com que os jovens vejam no assentamento e, portanto, no trabalho agrícola, a perspectiva de garantir condições mínimas para as famílias em formação.

“Para a gente que não tem estudo é difícil arrumar emprego na cidade. Hoje se você não tem pelo menos o 2º grau, fica difícil viver na cidade”

(Senhor A., 54 anos – irmão de A., 37 anos)

Para as pessoas de idade mais avançada, o assentamento representa o “porto seguro”, a “terra prometida”, o ponto de parada definitivo depois de várias tentativas de busca de terra e inserção no mercado de trabalho urbano. A família de JR (59 anos) e B. (49 anos) ilustra esta situação: ele é cearense e ela mineira de Araçuaí, nordeste de Minas. O casal se conheceu em Araçuaí, mas JR já morava no Paraná, onde trabalhou em vários serviços, como empregado em hotel e policial militar. Ela, aos 10 anos de idade, foi trabalhar em casa de família como empregada doméstica, na cidade de Belo Horizonte. Durante seis anos, quando havia uma oportunidade, voltava para a casa dos pais, onde “pegava no cabo da enxada, foice ou machado”. Numa dessas voltas, conheceu JR, que estava a passeio. Seis meses depois, casaram-se: ele construiu a casa, no

Paraná, ela comprou o enxoval, alguns móveis e utensílios domésticos. Viveram entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; também estiveram na Bolívia. Depois de 10 anos retornaram a Minas Gerais, onde JR trabalhou em uma gráfica. Tentaram também a vida em Rondônia, fazendo quatro vezes a viagem, mas não conseguiram terra. O problema da malária contribuiu para que retornassem. Em Belo Horizonte, JR trabalhou como vendedor ambulante e a família vivia em dificuldades, principalmente por ter que pagar aluguel. Quando souberam da ocupação da fazenda tinham dívidas e não havia perspectiva de melhoria de renda. A ida para o assentamento foi como a realização do sonho de ter terra, criações de animais, principalmente porcos e gado, e não precisar pagar aluguel. Ao longo da vida e de tantas estradas, o casal teve onze filhos que os acompanham até hoje.

As histórias de vida contadas por algumas mulheres que estão no assentamento são cheias de emoções e lembranças de um tempo anterior de muito sofrimento. Não são raros os relatos daquelas que trabalharam em vários serviços na agropecuária e de vidas muito movimentadas à procura de um lugar definitivo para viver. Suas lembranças estão intensamente relacionadas com a vida ainda do seio da família original (pais e irmãos), ou após o casamento, passando a ter como referência o próprio marido. Em seus relatos é comum que não saibam ou não explicitem, por exemplo, os motivos das várias mudanças que fizeram, evidenciando, assim, sua subordinação às famílias, sob autoridade masculina.

Dona L. (37 anos) é nascida em Águas Formosas (também no Nordeste de Minas) e é a mais velha de uma família com 14 filhos. Tem o pai como referência positiva e marcante em sua vida, até tempos depois de casada. Foi com ele que aprendeu a fazer todo tipo de serviço de roça como plantar milho e feijão, capinar, arrancar mandioca, fazer farinha e polvilho. Demonstra muito conhecimento do sistema de plantio utilizado por ele:

“A área de pasto era comum; a roça girava, pois a terra tinha que descansar. O arroz plantava no brejo e tinha que limpar no pilão.”

Além dessas atividades, ela também cuidava dos irmãos mais novos e lavava a roupa da família no rio. Quando tinha 18 anos seus pais se separaram, indo a mãe morar na cidade. Destaca que o pai continuou dando toda a assistência a ela, fornecendo os alimentos, apesar da maioria dos filhos continuar morando com ele. Recordou as dificuldades que ela e dois dos irmãos mais velhos tiveram para estudar, o que foi um pouco facilitado para os que vieram depois. Ela estudou até o 3º ano na roça, mas o quarto ano era na cidade. Então, teve que morar “de favor” na casa de uma amiga da família. Em troca, seu pai assumia algumas despesas de alimentação:

“Fiz o 3º ano na roça. Depois, morei um ano na cidade para fazer a 4º série... pai pagava a feira. Todo sábado ele levava a feira para ela e me levava pra casa”
(Senhora L., 37 anos).

Aos 22 anos, L. casou-se com Z.. Trabalharam como parceiros em uma fazenda, mas, segundo ela, “com 8 meses não deu certo”. Passaram a morar na cidade, em casa emprestada pelo pai. Seu marido começou a se envolver no Sindicato de Trabalhadores Rurais. Nesse período viveram com muita dificuldade e seu pai levava alguns mantimentos para a alimentação da família. Depois de três anos, mudaram-se para Teófilo Otoni onde também trabalharam a terra em parceria, mas não se firmaram. Tentaram voltar para Águas Formosas, mas Z. não arrumava emprego⁴⁴. Mesmo assim, Z. contratava serviço por

⁴⁴ Na ocasião em que estava no STR, ele entrou na justiça contra um fazendeiro para o qual seu pai trabalhou, reivindicando indenização pelo tempo de serviço; ganhou a ação após alguns anos. Este fato certamente fez diminuir as chances de Z. arrumar trabalho.

empreitadas e L. costurava para fora. Em 1995 foram para Belo Horizonte onde moraram na casa de uma irmã e depois de um tio. Z. trabalhou na construção civil e L. cuidava dos três filhos. Um ano depois ocuparam um terreno junto com um grupo de sem-casa. Viveram um período de muito medo e incertezas: a violência da polícia, o barraco de lona, a falta de água, as condições precárias de vida, a convivência com traficantes de drogas. No início do ano de 1997, através dos relacionamentos de Z. souberam da ocupação da fazenda Dom Orione e não tiveram dúvidas em deixar o lote que haviam conseguido. Para ela, a vida no assentamento é bem mais tranqüila, sendo possível ter as “coisas de roça”. Aos poucos vão construindo a casa onde moram. Ela participa do Movimento dos Sem Terra e também da associação do assentamento. Ocupa seu dia com as tarefas de casa, o cuidado com as roupas, com pequenos animais, com escola dos filhos, médicos e reuniões (da escola e da associação). Quanto indagada sobre o desejo de continuar seus estudos, L. deixa clara sua prioridade:

“Sempre teve uma desculpa: os meninos (...). Depois, é muito difícil, vou ter muito serviço (dificuldades). Tem que priorizar Z. e os meninos. Eles precisam mais. Z. sai mais, vai pras reuniões...”

Dona L. sempre realizou as mesmas atividades no trabalho agrícola que seu marido, além das tarefas domésticas e educação dos filhos. No assentamento participa da associação e afirma não faltar a nenhuma reunião. No entanto, quando se trata dos seu estudos e da oportunidade de viabilizá-los, recua diante do medo de enfrentar a “dificuldade” do seu próprio aprendizado, sem considerar que já enfrentou outras “dificuldades”, inclusive arriscando sua vida e as de seus filhos, quando enfrentou a violência da ocupação de área urbana com o grupo de pessoas sem casa. Mas como “alguém tinha que ficar no lote” e seu

marido trabalhava, ou seja, era a ‘família’ que precisava dela, ela enfrentou seus medos e permaneceu na área.

Dona I. e D. são irmãs e já plantavam na área da fazenda antes de consolidado o assentamento. Recordaram, com muita emoção, o tempo em que eram crianças e viviam numa usina de álcool, em município próximo a Montes Claros, no norte de Minas. O pai delas trabalhou lá durante 25 anos e contam com detalhes sobre o local onde moravam:

“A fazenda era uma cidadezinha: tinha praça, coreto, cinema, estação ferroviária, campo de avião, campo de futebol, grupo escolar, colégio, fábrica de ração. Até hotel tinha...”

Afirmam que os patrões eram muito bons para quem morava lá, pois deixavam que os trabalhadores plantassem seus mantimentos em parte do terreno. Então, o pai trabalhava à noite na usina e, durante o dia, principalmente na parte da tarde, cultivava lavoura ou pescava. Esses produtos contribuíam com as despesas alimentares. Contaram também sobre a vida religiosa, as rezas nas casas e as festas que faziam. Lembraram de versos e de músicas que cantavam. Emocionaram-se e afirmaram que teriam muitas outras histórias para contar. A família mudou daquele lugar quando o pai aposentou-se. Foram para a cidade de Bocaiúva. I. tinha 14 anos quando o pai morreu. A irmã mais velha delas, que já era casada e morava em Belo Horizonte, levou, aos poucos, os irmãos para aquela cidade.

Por tantos detalhes descritos sobre a infância, não contaram sobre o que passaram, como viveram, ou onde trabalharam na cidade grande. Dona D. tem uma filha moça, cujos estudos se orgulha em poder proporcionar; dona I. tem sete filhos, e o menor estava com apenas alguns meses de vida no momento da pesquisa. Elas não são casadas e, assim, podem ser as titulares de seus lotes;

administram tudo, desde as atividades até o uso dos recursos de crédito. O assentamento, para elas, é local de trabalho: plantam para o consumo, criam pequenos animais e desenvolvem atividades na indústria de biscoitos. Moram em bairro próximo e todos os dias, pela manhã, vão para o trabalho. Afirmam que não gostam de morar ali por causa de roubo e porque “as pessoas falam muito”, sentindo ser alvo de discriminação por parte dos demais assentados. Pode-se dizer que são mulheres que já sofreram muito e lutam para ter vida digna e garantir a autonomia que conquistaram, mas nem por isso se sentem felizes e acolhidas, como eram no tempo de infância. Por levarem uma vida diferente das demais famílias do assentamento - não moram lá, não têm maridos e trabalham com agroindústria - sentem certa discriminação. O quanto podem, se defendem e protegem-se das pessoas, evitando encontros ou participação em reuniões.

Muitas mulheres não explicitam as razões que levaram a família a migrar de um lugar para outro. Quando interrogadas sobre o que faziam num novo destino, ou como era a vida em uma ou outra situação narrada, não contavam muita coisa, podendo supor que a vida delas não “mudava” muito: cuidavam da casa, dos filhos e “ajudavam” seus maridos. Essa “ajuda” tanto podia ser no trabalho agrícola, como quando empregadas, recebendo salário que contribuía para o orçamento familiar, e também na participação do processo de conquista da terra.

A ausência de explicações na fala das mulheres também expressa certa censura em se expressarem. Censura por parte delas mesmas, mas, sobretudo, pela posição subordinada do papel que ocupam na relação de gênero. Por isso, em suas trajetórias de vida, elas pouco aparecem, não sendo as personagens centrais. Suas falas são contidas, não explicitadas. Muitas vezes ocorre a interlocução masculina de suas histórias. Esse controle é ainda mais claro, quando na presença do marido, inibindo suas colocações e reflexões.

Dona L. (54 anos) tenta colocar um tom um pouco diferente para sua vida. É nascida em Medina, na região do Vale do Jequitinhonha. Sempre trabalhou em atividades agrícolas. Quando criança, costumava fiar algodão na roda e também trabalhava com fumo. Sua família não tinha terra. Depois que se casou, morou na casa do sogro até seu falecimento. Venderam a terra que herdaram e compraram casa na cidade. Viviam com dificuldade: ela lavava roupa para os outros e seu marido tinha um ponto comercial, além de trabalhar na roça. Nessa ocasião, L. participava de reuniões da igreja católica e conheceu pessoas do STR. Começou a freqüentar reuniões que planejavam a ocupação de terra no município de Novo Cruzeiro. Dona L., com os três filhos mais novos, participou da ocupação, sendo que seu marido só foi para lá alguns meses depois. E afirma com orgulho:

“Eu é que levei ele pra luta” (Senhora L., 54 anos)

Não conseguiram terra naquele lugar, mas não desistiram. Ainda tentaram novas ocupações em outros municípios, até que não suportaram mais as precárias condições de vida. Voltaram para Medina, moraram na casa da sogra e montaram uma pequena padaria. Por ocasião do casamento de um dos filhos o casal foi para Belo Horizonte, onde encontrou pessoas que sabiam de suas histórias de luta. Nessa ocasião, juntaram-se àqueles que se organizavam para ocupar a Fazenda Dom Orione. Ela afirma gostar de reuniões e de participar dos movimentos sociais. Entretanto, seu marido não gosta que ela saia de casa. Ela se emocionou ao dizer que, para poder participar do congresso de MST no ano de 2000, teve que prometer a ele que não sairia mais. Mesmo assim, ela atua na diretoria da associação do assentamento como membro do conselho fiscal e também do grupo local do MST. Seu marido esteve presente em vários momentos da entrevista, participando, contando partes de histórias e emitindo suas opiniões, ao mesmo tempo que inibiu as colocações de dona L..

Pode-se entender que a negociação feita por ela e o marido tem um aspecto de temporariedade, sendo realizada em momento de tensão. Também pode não ser um acordo rígido e, apesar de prometer não sair mais, ela participa, ao menos, de encontros locais. É possível que ela ainda vislumbre reverter esta posição em situações futuras. Mas sua tristeza e raiva ao contar esse fato revela a grande indignação de ter que se submeter a uma condição desta, uma vez que foi sua a iniciativa de participar da luta pela terra. No momento em que consegue, ela se vê obrigada a parar com seus trabalhos e com o que mais gosta de fazer: participar do movimento. Conquistou a terra e deve-se prender ao marido e à casa.

Muitas mulheres usaram expressões como “trabalhava igual homem”, ou “eu era o pé de boi” e ainda “fui criada pelo mundo” para afirmarem algumas características da vida “sofrida”, dura e às vezes solitária que tiveram.

Algumas delas saíram de seus locais de origem e de suas famílias para tentarem trabalho na “cidade grande” mesmo antes de se casarem. Em geral, foram empregadas domésticas, passadeiras ou lavadeiras, e também trabalhadoras em confecções. Contam as experiências que tiveram, enfatizando seu lado positivo: tiveram bons patrões, que as ajudavam e davam certa proteção familiar; recebiam salários que lhes proporcionavam independência. Para dona E. (47 anos) a ida para o assentamento não foi muito boa:

“Aqui a gente anda com uns trapinhos (de roupa). Eu nunca mais ganhei dinheiro do meu suor. Construiu a casa foi com dinheiro do INCRA.” (Senhora E., 47 anos).

Mas, observa-se que dona E. trabalha de sol-a-sol no terreno da família cuidando de tudo, pois seu marido é alcoólatra e, segundo ela, “trabalha quando quer” e “não tem responsabilidade” sobre as coisas referentes ao lote. Apesar de todo esforço e dedicação ao trabalho e ao marido, dona E. está absolutamente

dependente dele, pois os recursos de crédito, assim como a terra, estão no nome do marido; como as atividades agrícolas são consideradas de responsabilidade masculina, ela mesma entende que faz o serviço “por ele” ou então “para ele”, não se sentindo dona do que conquistaram, ou não compreendendo qual sua parte nessa conquista. Talvez porque a relação de dependência em relação ao marido não foi alterada, podendo este melhor controlá-la.

Outras mulheres só saíram da casa dos pais quando se casaram. É o caso de Dona MC (35 anos): ela é de Rio Vermelho e afirma que sempre trabalhou na roça com seus pais. Não contou a respeito de sua família original, mas que só saiu daquela cidade depois que se casou com A. (54 anos), quando tinha 17 anos. Ele sim, era de lá, mas já tinha migrado com a família para a região metropolitana de Belo Horizonte, onde cultivavam hortaliças no sistema de parceria. Em seu depoimento, conta sobre os diversos locais em que moraram, sempre trabalhando com horticultura. Suas atividades sempre estavam divididas entre a horta, a casa e os quatro filhos. Sua família já cultivava o terreno onde estão, há mais de 12 anos.

A atenção nas colocações das mulheres permite compreender que elas dedicam-se intensamente ao trabalho agrícola e às atividades domésticas; e valorizam as mudanças que ocorreram em suas vidas ao afirmarem que “já sofreram muito”, em contraposição ao “não sofrimento” no assentamento. Elas têm papéis importantes em toda a trajetória da família, seja na criação dos filhos e no suporte à vida doméstica, seja trabalhando e ganhando o sustento da família. Quando houve o acampamento, a presença delas foi fundamental para que as famílias permanecessem ali, tanto por organizarem e participarem de trabalhos coletivos de produção, como por, algumas, se terem mantido empregadas dando apoio financeiro ao marido e aos filhos que permaneciam acampados. No assentamento participam da associação, sabem dos

acontecimentos e têm opiniões e posições próprias sobre os assuntos gerais que envolvem as famílias.

Mas é pequeno seu poder de influenciar as decisões, ou ao menos serem ouvidas. O caráter “invisível” de suas atividades produtivas e a subordinação da sua individualidade à família, faz com que, a princípio, se julgue que o assentamento seja lugar onde as mulheres se “redomestiquem”, ou seja, voltem para o espaço doméstico. Mesmo tendo vivido um período de aparente ruptura da posição subordinada, através do trabalho assalariado e da participação da luta pela terra, isso não foi suficiente para modificar as relações de gênero. A própria configuração do assentamento, baseado na família patriarcal, onde o homem é o chefe, o titular do lote e o responsável por tudo o que diz respeito a isso, reforça e recondiciona as mulheres para que cumpram o eterno papel secundário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os locais pesquisados revelam duas trajetórias femininas bem distintas. Apresentam a lógica da reprodução da agricultura familiar, mas os caminhos percorridos por cada grupo definiram posições diferentes para as mulheres.

A comunidade de Boa Vista é composta por agricultores que estão no local há mais de 200 anos, permanecendo ali ao longo das gerações. Com o objetivo de garantir a continuidade da terra com a família e manter suas condições de produção, criam diversas estratégias de vida. Predomina neste lugar a população adulta, organizada em famílias pequenas, que afirmam nunca ter sido preciso sair do local em busca de serviços. Portanto, não têm vivência em migrar, mesmo que em processos de curta duração. Mas como a agricultura já não fornece condições para a família suprir suas necessidades, inclusive pela escassez de terra, o artesanato em tear adquire expressão econômica cada vez maior.

Já o assentamento Fazenda Dom Orione é formado por famílias migrantes, de origem rural. Nos processos migratórios viveram diversas experiências de assalariamento, tanto em atividades agrícolas quanto urbanas, passando por dificuldades e instabilidade de várias ordens (moradia, alimentação, saúde, trabalho). A maioria das famílias sempre buscou terra para plantar, através de arrendamentos, parcerias e ocupações de áreas improdutivas. Pelo menos metade delas já plantava na fazenda, como posseiras, enquanto as demais passaram a viver ali a partir da ocupação. Observa-se que são famílias grandes, tanto as jovens como as idosas, cujo número de filhos por mulher é bem acima da média nacional. Daí, conclui-se que essas famílias migrantes conservaram a lógica de reprodução camponesa, em que filhos significam

mão-de-obra para o trabalho agrícola, possibilitando melhoria das condições de vida.

No assentamento as mulheres dedicam-se intensamente a várias atividades de tipo doméstico, como a lida com quintal, animais, casa, filhos e, no caso dos horticultores, cuidando das roupas e alimentação dos trabalhadores contratados, e também de atividades produtivas nas roças e hortas comerciais. No entanto, essas atividades são entendidas como parte das obrigações femininas, estando subordinadas ao homem e à família.

⇒ Algumas mulheres realizam, com grande esforço, atividades que lhes proporcionam renda, a fim de garantir mínima autonomia e individualização. Estas estão sujeitas a discriminações por parte das pessoas, provavelmente porque não têm maridos consigo, ou porque saem sozinhas, ou ainda por tomarem à frente responsabilidades “masculinas”, como a coordenação das atividades agrícolas e o destino de recursos.

Mulheres dedicam-se também às atividades sociais ou de gestão comunitária, através da participação na associação, algumas fazendo parte do corpo de direção, porém em posições de pouco poder de decisão; participam de atividades e reuniões da escola dos filhos e outras, como aquelas propostas pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em Boa Vista o trabalho das mulheres no tear supria, em parte, as necessidades de vestuário da família; recentemente contribui de forma importante para o orçamento familiar, pois são produtos para serem comercializados. Como a mulher está associada a trabalho e renda, a redução do número de filhos para as famílias, através do controle da fecundidade, foi condição para potencializá-lo. Filhos, neste caso, não representam acréscimo na força de trabalho, mas sim, exclusão; além disso, mobilizam o trabalho feminino do tear para o cuidado com a gravidez e os primeiros meses de vida da criança.

O tear possibilita às mulheres conciliarem os afazeres domésticos com atividade remunerada no meio rural, o que geralmente é difícil ocorrer, dando visibilidade econômica para parte de seu trabalho. O aumento da jornada de trabalho e das responsabilidades para com a família são conseqüências visíveis das mudanças ocorridas em suas atribuições.

O trabalho em tear permite a socialização da mulher no meio em que vive. Percebe-se que ele é reconhecido por elas próprias, na família, na comunidade e nas relações que são estabelecidas a partir disso. Elas vivem um processo de individualização dos demais membros da família, através de sua identidade profissional como artesãs, o que significa um ganho pessoal importante para a afirmação de sua cidadania, permitindo equilibrar melhor as diferenças de gênero. Os produtos são utilizados em todas as casas; intensas trocas de serviços, favores e informações são realizadas tendo como pano de fundo o tear. Mulheres que não tecem são consideradas “acomodadas”, pois ponderam que esta é uma atividade importante para “ajudar” seus maridos, uma vez que é difícil retirar todo o sustento da casa através das lavouras e dos serviços dos homens.

A entrada dos homens nas atividades relacionadas com o tear, realizando tarefas consideradas “acessórias” e, em alguns casos, tecendo; a atuação das mulheres no espaço da comercialização e sua participação na associação de artesãos, ocupando lugares de destaque na diretoria, discutindo assuntos diretamente de seu interesse, com poder de decisão, são indicadores de mudanças na divisão sexual do trabalho que ocorre na esfera familiar e também fora dela. Todavia não se pode dizer que há uma inversão de poderes na hierarquia familiar; observa-se que existe, sim, uma maior flexibilidade quanto aos papéis de homens e mulheres definidos pelas relações de gênero.

No entanto, apesar da visibilidade de seu trabalho, as mulheres de Boa Vista explicitam sofrimento e apontam para os aspectos “secundários” do

trabalho realizado por elas. Sofrem porque há um aumento substancial em sua jornada de trabalho e de suas responsabilidades para com o bem-estar da família. A renda é pequena pela quantidade de trabalho despendido; além disso, é “secundária” em relação aos itens a que se destina; é subordinada por não poder admitir que, mesmo sendo pequena e adquirir itens secundários, chega a ser a mais importante para a família. A desvalorização do artesanato por parte dos consumidores, impondo ritmo fabril à produção, baixos preços e, por fim, o próprio padrão estético, limita a criatividade local e subordina a arte ao mercado. O não reconhecimento profissional pela legislação trabalhista prejudica as mulheres no acesso a benefícios sociais, principalmente à aposentadoria. Como as mulheres rurais podem se aposentar, uma vez trabalhadoras rurais, as artesãs de Boa Vista não têm acesso a esse benefício.

O tear não só permite uma viabilização econômica, mas também permite que as mulheres abram caminhos para participação na sociedade mais ampla, para uma expressão mais cidadã. Redefine, certamente, do ponto de vista econômico, as relações de gênero. Mas esta redefinição não se afirma. A fala das mulheres reproduz a invisibilidade: “o tear só paga a linha”, mas “paga” muito mais. Escondem delas mesmas o valor e a expressão de sua renda para a manutenção da casa e da família. Como as atividades que garantem o sustento – alimentos – resultam dos serviços de homens e filhos, estes são considerados principais. Os produtos adquiridos pelo trabalho feminino são considerados secundários, apesar de as mulheres arcarem com boa parte das despesas da família. Elas afirmam a subordinação econômica de gênero quando falam que “compram umas coisinhas”, “dá para ganhar uma beiradinha” e nunca afirmam que chegam a proporcionar a principal renda da família, além de sempre proporcionar os bens acessórios.

Portanto, o artesanato em tear aparentemente tira a mulher do seu papel invisível. Mesmo que se torne visível, permanece muda. Então, no domínio

rural, onde a pluriatividade se destaca e o não agrícola pode, às vezes, aspirar a ser majoritariamente importante, o ambiente agrário a restringe, para assim valorizar o agrícola e torná-la complementar, eventual, acessória: uma ajuda.

No assentamento Dom Orione, ao falarem de suas vidas e compararem o momento por que passam, várias mulheres referem-se a um tempo anterior de “sofrimento” e muita luta, explicitando o contraste com a “tranqüilidade” atual. O sofrimento diz respeito às incertezas quanto ao trabalho, à moradia e à falta de perspectiva para o futuro, fazendo com que as famílias realizassem grandes deslocamentos geográficos. Todas essas situações geravam inseguranças e angústias, principalmente quando as possibilidades encontradas no novo destino não correspondiam às suas expectativas e necessidades.

A “tranqüilidade” do assentamento é ressaltada quando apontam alguns indicadores da melhoria de qualidade de vida, como, por exemplo, ter moradia sem precisar pagar aluguel, a proximidade de escola para os filhos, transporte, acesso facilitado aos serviços de saúde, proximidade de mercados consumidores da produção agrícola. Ao ressaltarem que “não sofrem mais”, referem-se à situação de extrema carência e necessidades por que passaram as famílias, estando agora em melhores condições.

Apesar do “sofrimento” anterior, muitas mulheres gostam de falar dessa época, pois refere-se a um tempo de relativa liberdade. Elas trazem a experiência do trabalho assalariado, como empregadas domésticas, em fábricas de roupas, como trabalhadoras rurais assalariadas e também vendedoras ambulantes; a remuneração que recebiam proporcionava-lhes alguma autonomia. No envolvimento com as lutas e movimentos sociais, tiveram oportunidade de ocupar espaços de decisão e poder.

Existe certo ressentimento e insatisfação por parte das mulheres com a vida no assentamento, pois “trabalha-se muito e a renda é pouca”; ou ainda porque seu trabalho na agricultura não é reconhecido como tal; ou quando a

experiência que tiveram em trabalhos assalariados foi com “bons patrões”. Tal ressentimento refere-se à condição de subordinação que a ficam sujeitas. A condição de ir para a terra era lutar, mas não são donas de nada. Na família e na associação, estão colocadas em posições apenas secundárias.

Pode-se pensar que, quando vão para o assentamento, há um recuo das conquistas feitas anteriormente pelas mulheres. Elas tornam-se dependentes financeiramente dos homens, e eles passam a ter maior controle sobre elas. Não são reconhecidas pelo trabalho agrícola que desenvolvem, pois este corresponde ao domínio masculino, sendo as mulheres simplesmente invisíveis quanto às atividades produtivas. Não têm acesso ao título da terra e aos recursos de crédito agrícola; seu poder de decisão sobre assuntos do assentamento é bastante reduzido.

Portanto, nesse ambiente a subordinação é mais explícita, os mecanismos de controle são maiores. A redomesticidade chama a atenção pelo contraste com a vida anterior ao assentamento. O assalariamento e a vida urbana traziam experiências potenciais de mudanças nas relações familiares, mas que não se concretizam na nova forma de vida. Então, neste domínio rural onde é forte a influência urbana e existem mais possibilidades de trabalhos não agrícolas para as mulheres, o agrícola se destaca, sobrepondo o masculino ao feminino, ofuscando a visibilidade do papel das mulheres enquanto sujeitos da história.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M.I.B. (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, 2000. p.347-366.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998. 275p.
- ALENCAR, E.; GOMES, M.A.O. **Metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212p.
- BERQUÓ, E.; BAENINGER, R. **O idoso no Brasil: considerações demográficas**. Campinas: UNICAMP. Núcleo de Estudos de População, 2000. 69p. (Texto NEPO 37).
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. 335p.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: HUCITEC, 1987. 141p.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Os emigrantes: Minas no contexto das migrações interna no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 7., 1995, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/ UFMG, 1995. p.249-272.
- BRUM, A. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BRUMER, A.; TAVARES dos SANTOS, J.V. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p.3-13, 1997.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.6, n.1, p.1-23, jan./jun. 1989.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In:

- ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais...**
Curitiba: IPRADES: FNUAP, 1998. p.303-327.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
284p.
- CARNEIRO, M.J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro:
Contra Capa Livraria, 1998. 228p.
- CARVALHO, J.A.M.; BRITO, F.; RIBEIRO, J.T. et al. Minas Gerais, uma nova
região de atração populacional? In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA
MINEIRA, 8., 1998, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte:
UFMG/CEDEPLAR, 1998. p.397-420.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**.
Traducion por Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
342p.
- DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São
Paulo: Ícone/ Edunicamp, 1985. 240p.
- DELGADO, G.; CARDOSO JR., J.C. **Principais resultados da pesquisa
domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil**. [S.l.: s.n.],
[1999?]. 60 p. Apostila.
- FISCHER, I.R. Redefinição nas relações de gênero na família rural durante a
seca. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10;
CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL,
38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.
- GOLGHER, A.B. Alguns aspectos da dinâmica migratória na região
metropolitana de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA
MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/
CEDEPLAR, 2000. p.855-884.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V.; BOLLIGER, F.P. et al. O rural
paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**,
São Paulo, v.10, n.2, p.1-40, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas:
UNICAMP/IE, 1999. 153p. (Coleção Pesquisas, 1)

- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A.C. (orgs). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997. p.135-165.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995. p.127-149.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163p.
- HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1996.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Laudo de vistoria e avaliação de imóvel rural**. Belo Horizonte, 1997. n.p.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. 1 CD-ROM.
- KAUTSKY, K. **A Questão agrária**. Tradução de C. Iperoiq. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 325p.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. 336p. (Coleção Repertórios).
- LÉVI-STRAUSS, C. **A família**. Campinas: UNICAMP, (198-?). 27p. Mimeografado.
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.11, n.1, p. 41-60, 1994.

- MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.
- MARTINS, J.S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986. Cap.3: Democracia e participação no Brasil: os dilemas dos trabalhadores rurais, p.63-103.
- MEDEIROS, L.S. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994. 64p. (Cadernos Temáticos, 1).
- MELO, H.P.; SABBATO, A. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. Anais... Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap.3: Grupos domésticos, p.65-83.
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.
- MOURA, M.M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 112p.
- NEDER, H.D.; CARDOSO, A. Evolução recente da estrutura de atividades e rendas no meio rural de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, 1998. 1 CD-ROM.
- PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p.64-70, jan./fev. 1987.
- PISA, E. C.C.; RIBEIRO, E.M. O trabalho feminino na agropecuária de Minas Gerais, 1985/1996. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 4., 1999, Viçosa. Anais... Viçosa: UFV, 1999. 1 CD-ROM.
- POCHMANN, M. Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil. **Revista do Legislativo**, p.38-47, abr./dez. 1999.
- RIBEIRO, E.M. **Agricultura familiar: texto básico para leitura**. Lavras: DAE/UFLA, 1997. 18p. (digitado).

- RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F. Atividades não agrícolas e setores de ocupação de dirigentes rurais mineiros: uma nova leitura de antigas pesquisas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. Anais... Brasília: SOBER, 1999. 1 CD-ROM.
- RIBEIRO, E.M.; MOURA FILHO, J.A.; OLIVEIRA, M.L.R. et al. Trabalho, salário e produtividade na agropecuária de Minas Gerais nos anos 1990. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. Anais... Brasília: SOBER, 1999. 1 CD-ROM.
- RIBEIRO, E.M.; OLIVEIRA, L. Ocupação e emprego na agropecuária mineira nos anos 90. *Revista de Economia Rural*, Viçosa, v.9, n.6, p.29-34, Abr./jun. 1999.
- RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?* Brasília: UNESCO, 2000. 348p.
- SANTOS, C.E.S. *Agricultura familiar, marketing e inserção nos mercados: o sonho possível?* Lavras: UFLA, 1999. 87p. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural).
- SCHULTZ, T.W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207p.
- SINGER, P. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M.R.; NETO, A.C. (orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: PUC/IRT, 1999. p.31-45.
- VEIGA, J.E. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J.P. (coord). *A questão agrária hoje*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p.68-93.
- WOLF, E.R. *Sociedades Camponesas*. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p. Tradução de: Peasants.
- WONG, L.R.; PERPÉTUO, I.H.O. A fecundidade das Minas Gerais nos anos 90: estabilidade e convergência no nível de reposição. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000. p.721-747.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, p.35-53, jan./jun. 1990.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E.F. Fuga a três vozes. Anuário antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.89-137.

ANEXOS

CEDEOC-BAE-UFPA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

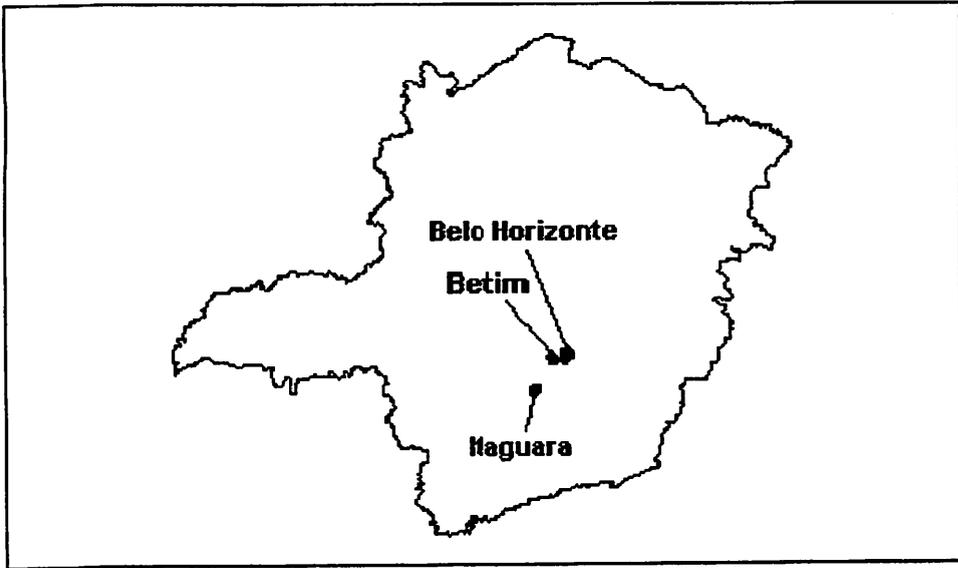


Figura 1 Localização geográfica dos municípios de Betim e Itaguara em relação à capital Belo Horizonte, Minas Gerais.

FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Assentamento Dom Orione

1. Etelvina
2. Vilma
3. Dibraína Alves da Silva
4. Geraldo
5. Rosângela dos Reis Soares Nunes; Amável Nunes
6. Vilma
7. Isabel de Fátima Rosa
8. João José Machado; Alei Pereira Machado
9. José Teles; Natália
10. Osvaldino Gomes Vieira; Elza Gomes Vieira
11. Luciene Maria dos Santos
12. Bernardino Antônio dos Anjos
13. Lúcia Ramos Nunes; José Nunes
14. Rosana Aparecida da Silva
15. Nelsi Silva do Nascimento; João Romão do Nascimento
16. Rosa Gomes Fernandes
17. Maria Conceição Fernandes Barbosa Nunes

Comunidade de Boa Vista

1. Maria Laura de Assis; Bartolomeu de Assis
2. Eva Ester de Oliveira; José Espedito de Oliveira; Leila C. de Oliveira
3. Ramiro Luiz Gonçalves; Francisca de Oliveira; Maura de Fátima Gonçalves
4. Geralda Siula Fonseca Gonçalves; Jaci Gonçalves Vasconcelos
5. Maria Aparecida Fonseca Lima Gonçalves; Valdilene Aparecida Gonçalves

6. Elisa Maria de Oliveira
7. Alvina Ribeiro Vasconcelos; Joaquim Gonçalves
8. Geralda Luíza Gonçalves; Mônica de Cássia Gonçalves
9. José Gonçalves de Oliveira
10. Geralda Rosa de Vasconcelos; Jesus Gonçalves de Vasconcelos
11. Edina Aparecida Vasconcelos Guimarães; Jorge
12. Elza Luíza Oliveira; Selma de Lourdes Fonseca Oliveira
13. Custódia Gonçalves; Francisco de Paula; Diomara Conceição da Silva
14. Alice Luiz da Fonseca; Jaci Luiz da Fonseca; Silvana da Fonseca
15. Maria Nazaré de Andrade; Maria Elizabete de Andrade; Maria Marilene de Andrade
16. Irene Aparecida de Oliveira
17. Luzia; Geraldo
18. Laura Rosa de Oliveira,
19. Maria Romilda Rosa
20. Sérgio José de Oliveira; Maria Nilza de Oliveira
21. Maria Custódia de Jesus
22. Maria Aparecida de Oliveira; Tomás Junho de Oliveira
23. Júnia Rosária de Oliveira
24. Antônio ribeiro de Oliveira; Belmira Francisca de Oliveira; José Gonçalves Sobrinho
25. Diná Gonçalves Oliveira Cardoso
26. Francisca Gonçalves de Oliveira; Juvenil Luiz Gonçalves
27. Sebastião; Florenice
28. Ilda Luíza da Fonseca; Iranilda Aparecida da Fonseca; Vanilda Luíza da Fonseca
29. Maria Terezinha Vasconcelos

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Roteiro 1 (para as famílias do Assentamento Dom Orione)

1. Identificação do entrevistado: nome, idade, estado civil, número de filhos.
2. Local de origem
3. Como veio para o assentamento (quais os contatos; como se envolveu na luta)?
4. Onde vivia antes de ir para o assentamento? Qual era sua ocupação? Remuneração? Condição de moradia?
5. Por que/ quando saiu do local de origem?
6. Todos os filhos estão no assentamento? Se não, onde estão, o que fazem?
7. O que mudou em sua vida depois do assentamento?

Roteiro 1 (para o Assentamento Dom Orione e Comunidade de Boa Vista)

1. Dados pessoais do entrevistado: nome, idade, escolaridade, local de nascimento; há quanto tempo vive na comunidade; ocupação principal.
2. Composição da família: nomes de cada membro da família; idade; sexo; escolaridade; ocupação principal; local de ocupação.
3. A) Outros membros da família que mudaram para a cidade nos últimos 10 anos: nome; idade; sexo; ocupação na cidade; local; contribui para a renda da família?
B) Membros da família que retornaram ao campo nos últimos 05-10 anos: nome; sexo; idade; de onde veio; ocupação anterior; ocupação atual. Forma de acesso à terra (assentamento; aquisição de terra; arrendamento; outras).
4. Terra e ambiente: a família tem atividade de produção agropecuária? Quais atividades desenvolvem? Qual a área explorada (contínua ou não)? Qual a condição de uso da terra para a família (proprietários, posseiros, arrendatários, cedida, meeiros, outros)?

5. **Produção:** quais os principais produtos da agropecuária? Quantidade produzida no último ano agrícola; quantidade consumida; forma de consumo; quantidade vendida; forma de comercialização?
6. **Gado:** a família possui gado na exploração rural? Quantas cabeças? Para qual finalidade?
7. **Mão-de-obra:** qual a mão-de-obra mais utilizada: da própria família (como é a divisão de trabalho)? de assalariados contratados (quando; quantos; da comunidade)? mão-de-obra temporária (para qual serviço; quantos; da comunidade)?
8. **Ocupação:** quais pessoas da família trabalham o ano todo na terra? Quais pessoas da família trabalham mais de 6 meses por ano da terra da família? Quais pessoas da família trabalham na terra e ao mesmo tempo em outras atividades no meio rural ou na cidade?
9. **Renda:** quais as fontes de renda da família: produção rural? artesanato? Aposentadoria? Salário de gente da família que trabalha na cidade? Outras fontes? Quais dessas fontes de renda é a mais importante?
10. **Apenas para o assentamento: Capital inicial:** quando veio para terra, o que possuía?

Roteiro 2 (para o Assentamento Dom Orione e Comunidade de Boa Vista)

1. **Rotina de trabalho da família:** mulheres, homens, filhas e filhos jovens, crianças e idosos. identificação do entrevistado; como é seu dia de trabalho? Verificar se há diferença de rotina na época da seca e das águas. Quais são as etapas do trabalho (tanto para o artesanato quanto para serviços de roça, domésticos e criação de animais): observar divisões de tarefas, responsabilidades, jornada de trabalho e remuneração recebida.
2. **Custo e renda:** quais são os gastos do trabalho (saber o que entendem por “custos”)? Qual a renda desse serviço? Considera-a boa ou não? Por quê? O

que é possível comprar ou pagar com essa renda (verificar qual ou quais as fontes de renda que suprem as necessidades de alimentação, saúde, vestuário, educação, lazer e outras)? É possível “guardar dinheiro”/ aumentar o patrimônio (verificar o que entendem por patrimônio)? Verificar se há uma hierarquia de consumo e um “remanejamento” de receitas para cobrir as necessidades da família.

3. Percepção do trabalho feminino: observar o que entendem por trabalho (se relaciona com renda? Com esforço? Com comida? Com dispêndio?). Quem “ajuda” nos serviços?
4. Herança, dote e patrimônio. Entender como são constituídos.

Roteiro 2 (para as artesãs de Boa Vista)

1. Como você aprendeu a tecer?
2. Quando as mulheres da comunidade passaram a fazer tecidos para vender, por encomendas? Como isso começou e por quê?
3. Como avalia este sistema de trabalho com o artesanato em relação ao tempo em que não se vendia? Como era a vida das mulheres em relação ao seu trabalho, suas atividades e sua relação com a família? Como era a vida da família (como conseguiam as coisas que precisavam comprar)?
4. O tear proporciona serviço o ano todo (verificar em que época do ano há variação)? Como se arranjam quando não recebem muitas encomendas?
5. Como é a vida de uma mulher que não tece?